



Anais da Assembléia

Nº 164

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 05 DE NOVEMBRO DE 1996

ANO XXII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUILIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT - 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Bir-
linati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB - 10: Albenor
Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Edson Silva Lino - Jo-
suelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB - 10: Durval Amaral - Cleiton Kiese - José Tavares - Caf-
to Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Passuti - Renato Adur - Sílvia da Silva - Toti
Colaço; PTB - 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hernias Bran-
dão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB - 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - Jolío
Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL - 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Gar-
cia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT - 05: Angelo Varhoni - Péricles Mello - Emerson Nerono -
Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA**

**ATA DA 102ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 05 DE NOVEMBRO DE 1996**

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado
Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos
Senhores Deputados Luiz Carlos Martins
e Nelson Garcia.

A hora regimental é registrada a
presença dos seguintes Senhores Depu-
tados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk,
Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins,
Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Fi-
lho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, An-
gelo Vanhoni, Antonio Belinati, Anto-
nio Annibelli, Augustinho Zucchi, Ba-
sílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quin-
tana, Carlos Simões, César Seleme, Ce-
zar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio
Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães,
Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio
Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosi-
nha, Geraldo Cartário, Hidekazu
Takayama, Irineu Colombo, Irondi Pu-
gliesi, José Maria Ferreira, José Ta-
vares, Jocelito Canto, Joel Coimbra,
Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti,
Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Al-
ves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck,
Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles
Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato
Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâ-
mis da Silva, Sérgio Spada, Toti Cola-
ço, Valdir Rossoni e Walmor Trenti-
ni(54).

Verificada a existência de número
legal, o Senhor Presidente declara
aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Sob a proteção de Deus, iniciamos
os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Proceda a leitu-
ra da ata da sessão anterior, a qual
foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Proceda a leitu-
ra do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob os nºs CRL/SEEG/299, 300,
301, 302, 303, 304, 305 e 306/96, do
Senhor Governador do Estado, comuni-
cando haver SANCIONADO os Projetos de
Lei nºs:

247/96: De autoria do Deputado
Antonio Belinati, que declara de Uti-
lidade Pública a Associação de Pais e
Mestres do Colégio Estadual Albino
Feijó Sanches, com sede e foro no Mu-
nicípio de Londrina, o qual convertido
em Lei tomou o nº 11.563. **Anote-se**
- Arquivo-se.

266/96: De autoria do Deputado
Antonio Belinati, que declara de Uti-
lidade Pública o Clube de Mães e Vo-
luntários do Conjunto São Lourenço,
com sede e foro no Município de Lon-
drina, o qual convertido em Lei tomou
o nº 11.564. **Anote-se - Arquivo-se.**

285/96: De autoria do Deputado
Caíto Quintana, que declara de Uti-
lidade Pública a Casa da Paz de Dois Vi-
zinhos, com sede e foro no Município
de Dois Vizinhos, o qual convertido em
Lei tomou o nº 11.565. **Anote-se - Ar-**
quivo-se.

317/96: De autoria do Deputado
César Seleme, que declara de Utilidade
Pública a Associação de Pais e Amigos
dos Excepcionais - APAE, de Tapejara,
com sede e foro na mesma cidade, o
qual convertido em Lei tomou o nº
11.566. **Anote-se - Arquivo-se.**

319/96: De autoria do Deputado
César Seleme, que declara de Utilidade
Pública a Associação de Moradores do
Bairro Capinzal, com sede e foro na
Cidade de Itaperuçu, o qual convertido
em Lei tomou o nº 11.567. **Anote-se -**
Arquivo-se.

324/96: De autoria do Deputado
Luiz Accorsi, que declara de Utilidade
Pública a Associação Comunitária de
São Braz, com sede e foro nesta Capi-
tal, o qual convertido em Lei tomou o
nº 11.568. **Anote-se - Arquivo-se.**

356/96: De autoria do Deputado
Antonio Belinati, que declara de Uti-
lidade Pública o Clube de Mulheres
Unidas do Jardim Jatobá, com sede e
foro no Município de Londrina, o qual
convertido em Lei tomou o nº 11.569.
Anote-se - Arquivo-se.

340/96: De autoria do Deputado
Anibal Khury e outros, que denomina de
Rodovia Cândido Rizzotto a PR-471,
que liga o Porto São Paulo, no Municí-
pio de Nova Prata do Iguaçu, a Salto
do Lontra, o qual convertido em Lei
tomou o nº 11.570. **Anote-se - Arquivo-**
se.

Sob os nºs CTL/SEEG/307, 308, 309 e 310/96, do Senhor Governador do Estado, restituindo a este Poder Legislativo, os Projetos de Lei nºs 136/95, 085/96, 062/95 e 004/96. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 4309/96, do Senhor Artagão de Mattos Leão, Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando Relatório de Atividades, correspondente ao 3º trimestre de 1996, daquele Tribunal. **Ao conhecimento da Casa.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1335

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 05.11.96.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1340

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, transferência de entrega do Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Doutor Artagão de Mattos Leão, de 21/11 para 05/12/96.

Sala das Sessões, em 05.11.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1329

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER envio de votos de pesar pelo falecimento do Sr. Claudio Carneiro Martins, ocorrido no último dia 05 de novembro próximo passado, no Município de Ponta Grossa - PR, região em que atuou como destacado empresário e funcionário da FUNAI, conforme determina o artigo 132, § 1º, inciso III, do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Requer, ainda, que da decisão desta Casa seja dado ciência à família enlutada, à rua Santana, Edifício Dona Edite, ap. 11, Município de Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 05.11.96.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1337

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de votos de pesar pelo trágico falecimento de José Carlos de Oliveira, no dia 02/11, na Cidade de Ibiaporá, e que seja comunicado à família.

Sala das Sessões, em 05.11.96.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O Senhor José Carlos de Oliveira, antigo morador do Município de Ibiaporá, foi também um exemplar funcionário da Prefeitura daquela cidade. Por uma fatalidade, foi vítima de um assalto no último dia 03, quando quatro marginais tiraram-lhe a vida com o pressuposto propósito de lhe arrebataram o veículo taxi que dirigia. O acontecimento deixou familiares, amigos e toda a comunidade local consternada e ao mesmo tempo revoltada, pois, mais uma vez viu-se impotente ante a insegurança em que mergulha a nossa sociedade.

REQUERIMENTO Nº 1341

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inserção na ata dos trabalhos da presente sessão de votos de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Ademir Luiz de Sá, que tinha 42 anos e era Engenheiro Eletricista.

Era casado com a Senhora Maria Fernanda Nogueira de Sá e possuía 02 filhos: Rafael Nogueira de Sá e Samoel Nogueira de Sá.

Homem honesto, trabalhador, profissional, amigo e solidário, Ademir Luiz de Sá, com seu passamento, deixa enorme lacuna no seio de sua família e de seu vasto círculo de amigos.

Porém, nem o tempo, nem a distância poderão jamais apagar do nosso coração a lembrança e o exemplo desse homem que soube conquistar o amor, o carinho e a amizade de todos os que tiveram a oportunidade de conhecê-lo e conviver com ele.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abala a família de Ademir Luiz de Sá, enviando voto de profundo pesar, à Senhora Maria Fernanda Nogueira de Sá e família, para o seguinte endereço: Rua João Carlos de Souza Castro, 355 - Guabirotuba - Curitiba / PR, rogando a Deus que a todos conforte.

Sala das Sessões, em 05.11.96.

(a) RICARDO CHAB

Apoiamiento: Orlando Pessuti, Albanor Gomes, Renato Adur, Luiz Claudio Romanelli, José Maria Ferreira, Caíto Quintana, Ângelo Vanhoni, Beto Richa, Edson Silva Lino, Sâmis da Silva, Cezar Silvestri e Edgar Bueno.

REQUERIMENTO Nº 1326

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Rio Negro, pelo transcurso de seus 126 anos de Emancipação Política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor Alceu Ricardo Swarowski, Prefeito Municipal; ao vice-Prefeito Senhor José Valmor Ribeiro Nardes, bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, cumprimentem a laboriosa população de Rio Negro.

Sala das Sessões, em 05.11.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Nesta significativa data - 15 de novembro - em que o Município de Rio Negro comemora seus 126 anos, queremos reiterar a todos os rionegrenses a nossa admiração e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido em prol do constante progresso da região.

A união de povo e administração municipal, juntamente com a representação estadual tem impulsionado significativamente o progresso ao município. Pois, cada um fazendo a sua parte, Rio Negro venceu a adversidade das enchentes - as mais dramáticas de sua história: enfrentou e sobrepujou todas as dificuldades e deu um salto extraordinário para o futuro.

Portanto é motivo de grande orgulho e honra para toda a população rionegrenses comemoração dos 126 anos politicamente emancipados do município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, congratula-se com toda a população, expressando desejo de que o município continue a crescer, para dar exemplos ao Paraná e ao Brasil de que, com trabalho e com fé, todas as crises podem ser superadas.

REQUERIMENTO Nº 1331

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições re-

gimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão um voto de congratulações com o Lions Club de Nova Esperança, pelo transcurso de seu 26º aniversário de fundação, a ter lugar no próximo dia 07 do corrente.

Requer-se, outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência ao referido clube de serviço.

Sala das Sessões, em 05.11.96.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

O Lions Club de Nova Esperança foi fundado no dia 07 de novembro de 1970, devendo pois comemorar no próximo dia 07, o seu 26º aniversário.

A Cidade de Nova Esperança reconhece os extraordinários serviços que o Lions Club vem prestando, razão que justifica plenamente as homenagens desta Casa Legislativa, razão pela qual estamos solicitando a inserção na ata dos trabalhos da presente sessão deste voto de congratulações.

REQUERIMENTO Nº 1338

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, consignação na ata dos trabalhos, de voto de congratulações aos integrantes do recém empossado Conselho Político da Associação Comercial do Paraná.

Requer, ainda, que a decisão do Plenário seja comunicada aos nossos homenageados, através de seu presidente, empresário Jonel Chede.

Sala das Sessões, em 05.11.96.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

O recém formado Conselho Político da Associação Comercial do Paraná representa uma nova fase para a entidade. É, sem sombra de dúvida, de suma importância a implantação deste Conselho na ACP, que mais uma vez inova e merece todo o nosso respeito e profunda admiração.

O trabalho desenvolvido pela Associação visando a implantação de uma política para o setor, acaba refletindo em diversas outras áreas. A principal delas, além da geração de empregos e mais divisas, agora passa a ser a formação do empresário paranaense como "homem político", participante ativo das ações da sociedade.

Assim, vimos por meio deste requerimento, congratular-nos com o novo Conselho e seus dirigentes, objetivando a prática de ações políticas que ajudem a construir não só um Paraná

mais próspero, como também um novo Brasil.

REQUERIMENTO Nº 1328

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilmo. Sr. Dr. Sérgio Cutolo, DD. Presidente da Caixa Econômica Federal, em Brasília; e ao Ilmo. Sr. Pedro Daniel Rudolfo, DD. Chefe do Escritório de Negócios da CEF, Regional de Cascavel - PR, solicitando seja mantida a agência da Caixa Econômica Federal no Município de Capanema, Estado do Paraná, haja visto que, com a construção e consequente abertura da ponte internacional ligando o Brasil e Argentina, o movimento daquele estabelecimento de crédito será altamente incrementado.

Sala das Sessões, em 05.11.96.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Considerando a construção e consequente abertura da ponte internacional, ligando o Brasil e a Argentina, entre o Estado do Paraná e a Província de Misiones, nos Municípios de Capanema e Andresito respectivamente, entende-se de suma importância a manutenção da agência da Caixa Econômica no Município de Capanema, eis que, certamente, o movimento da mesma terá um considerável incremento.

Além disso, encontra-se em instalação, com previsão de início de atividades já para o próximo ano, um frigorífico de frangos, que deverá gerar 1.500 empregos diretos e 5.000 indiretos, bem como já se tem notícia da mobilização de empresas de médio e grande porte para se instalar na região, em consequência da viabilização do MERCOSUL.

Outrossim, o fechamento da referida agência da Caixa Econômica Federal com certeza virá trazer inúmeras dificuldades à população não só de Capanema, como de aproximadamente uma dezena de outros municípios, considerando-se que a agência mais próxima fica a mais de 100 quilômetros de distância.

REQUERIMENTO Nº 1330

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER à Mesa Executiva o encaminhamento da presente Indicação, em forma de sugestão, ao Exmo. Secretário de Estado da Fazenda, propondo a ado-

ção de procedimentos para o parcelamento do ICMS referente às vendas realizadas em dezembro, em três vezes, a partir de janeiro do ano seguinte.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à Associação Comercial e Industrial de Maringá - ACIM, na pessoa de seu Presidente, Hélio Edys D. Costacurta, à rua Néo Alves Martins, 2321 - Maringá / PR - CEP 87013.060.

Sala das Sessões, em 05.11.96.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

A presente Indicação tem por finalidade expressar o anseio das Associações Comerciais do Estado do Paraná, que preocupados com as dificuldades por que passa a classe empresarial para honrar seus compromissos, e com o excessivo número de empresas que têm apelado para a concordata, quando não são compelidas à falência, fruto de uma crise real em todo o país, gerando o desemprego e desestabilizando a atividade econômica, solicitam a adoção de medidas concretas, que temos certeza, não influirão na arrecadação dos tributos do Estado.

O parcelamento do ICMS referente às vendas realizadas no mês de dezembro, em 3 vezes, a partir de janeiro do ano seguinte, possibilitará o pronto pagamento do tributo, sem inadimplência ou atrasos.

Alguns fatores preponderantes justificam essa posição, a saber:

- Em virtude das festividades e férias escolares, crescem as vendas no comércio, sendo que o maior volume, se dá nas vendas a prazo, que tem seu pagamento inicial no mês de janeiro, havendo uma diminuição de estoque, sem a entrada efetiva de dinheiro em caixa.

- Ainda em dezembro, as empresas estão obrigadas ao pagamento do 13º salário, o que gera um descaixe considerável às empresas.

- Nos meses de janeiro e fevereiro há uma consequente diminuição nas vendas, e recebendo o parcelamento do ICMS gerado em dezembro os cofres públicos terão uma receita considerável.

O parcelamento do ICMS parcelado já foi utilizado por governos anteriores, e a sensibilidade demonstrada por este Governo, por certo fará com que a referida proposta seja acatada, a qual possibilitará às empresas o pagamento integral do ICMS, sem o risco da inadimplência.

REQUERIMENTO Nº 1334

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Ple-

nário, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. Miguel Salomão, Secretário de Estado da Fazenda, solicitando informações sobre as ações desenvolvidas pela Empresa Paraná Investimentos, considerando que, no exercício de 1995, o Executivo Estadual foi autorizado por esta Assembléia Legislativa a subscrever recursos no valor de R\$ 899.900.000,00, a serem integralizados através de moeda corrente, títulos financeiros, mobiliários e/ou ações ordinárias nominativas e preferenciais de empresas controladas pelo Estado, detalhando a esta Casa o que segue:

- quanto a Empresa Paraná Investimentos já integralizou:
- qual a forma e os respectivos valores e em que data os fatos aconteceram.

Sala das Sessões, em 05.11.96.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Como a criação da Empresa Paraná Investimentos aconteceu em 30/07/96, conforme Lei nº 11.498 e até a presente data, esta Assembléia Legislativa não tem informação a respeito das atividades desenvolvidas pela mesma, este Parlamentar cumpre o dever de requerer, seja este Plenário informado a respeito.

REQUERIMENTO Nº 1332

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de correspondência ao Superintendente da Caixa Econômica Federal, Sr. Aparecido Ferrari Rolim, solicitando que seja mantida a agência nº 1290, de São Miguel do Iguaçu, atualmente em vistas de ser desativada.

Sala das Sessões, em 05.11.96.

(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

A Caixa Econômica Federal tem grande atuação no campo social, sendo essencial à população mais carente e ao trabalhador. Esta Casa de Leis deve, portanto, manifestar-se contra o fechamento da agência de São Miguel do Iguaçu, para que aquela instituição bancária continue a beneficiar não só a comunidade local, mas toda a região, que já acostumou-se com as grandes realizações da Caixa Econômica Federal.

REQUERIMENTO Nº 1342

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, a transcrição

nos Anais desta Casa de Leis, do pronunciamento, do Senador Roberto Requião, no dia de ontem, anexo ao presente.

Neste termos pede referimento.

Sala das Sessões, em 05.11.96.

(a) CAÍTO QUINTANA

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 044/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - A dotação consignada no Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, destinada à Subvenção Social, será aplicada conforme disposto nos termos desta Resolução e das Leis de Assistência Social, a federal sob nº 8.742/93 e, estadual sob nº 11.362/96.

Art. 2º - A aplicação dos recursos vincular-se-á ao seguinte rateio:

I - 50% (cinquenta por cento) para o Fundo Estadual de Assistência Social;

II - 50% (cinquenta por cento) para o Fundo Municipal de Assistência Social dos Municípios do Paraná que o Deputado indicar.

Parágrafo Único - A indicação aos fundos municipais de Assistência Social, só pode ser feita aos que estejam em pleno vigor.

Art. 3º - É assegurado a cada Deputado o crédito anual em igual valor ao da Verba de Ressarcimento, nos termos da Resolução 015 de 19 de junho de 1992.

Parágrafo Único - Aos suplentes de Deputados, quando convocados, caberão cotas proporcionais ao número de meses em que estiverem no exercício do mandato.

Art. 4º - As liberações serão feitas por duodécimos, até o quinto dia de cada mês, por determinação do Primeiro Secretário e processados pelo Departamento de Finanças.

Art. 5º - O Deputado determinará, através de formulários próprios e sob sua responsabilidade, ao Departamento de Finanças para que este efetue os pagamentos das subvenções.

Art. 6º - As subvenções concedidas aos Fundos estadual e municipais de Assistência Social, obedecerão às seguintes condições:

I - Os fundos deverão estar funcionando nos termos da Lei Orgânica da

Assistência Social - Lei Federal nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993, e nos termos da lei estadual e municipal pertinentes;

II - Obrigatoriamente, os responsáveis pelo fundo, prestarão contas através de relatório, à Comissão de Tomada de Contas do Poder Legislativo;

III - Os fundos serão cadastrados junto ao Departamento de Finanças, comprovando as condições impostas neste artigo.

§ 1º - O atendimento ao disposto no inciso II, aprovado pela Comissão de Tomada de Contas, será consignada em Certidão Negativa, como documento imprescindível para receber novas subvenções.

§ 2º - Os pagamentos serão efetuados mediante cheques nominais e cruzados a serem depositados nas respectivas contas dos fundos, servindo como comprovante a assinatura de recibo pelo representante legal do fundo beneficiado.

Art. 7º - Após o encerramento do exercício, o Departamento Financeiro providenciará a prestação de contas de cada Deputado.

Parágrafo Único - A prestação será encaminhada, com um relatório, à Comissão de Tomada de Contas, que, aprovando, determinará o recolhimento de saldos e autorizará a baixa de responsabilidade junto à Contabilidade Geral.

Art. 8º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Ficam revogadas a Resolução 55 de 03 de outubro de 1983 e outras disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.11.96.

(aa) IRINEU COLOMBO

DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

A Lei Federal nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e a Lei Estadual nº 11.362 de 12 de abril de 1996, que dispõe sobre o funcionamento do Sistema Estadual de Assistência Social, são normas que vêm combater o assistencialismo autoritário e dominador, colocando a Assistência Social como uma atividade fora das interferências "politiqueiras", controlada pela sociedade através dos Conselhos Federal, Estadual e Municipais.

A Assistência Social é ação necessária para combater a indigência, dignificar o ser humano, livrá-lo dos infortúnios da vida e do sistema econômico; contudo esta assistência será

feita primando pela solidariedade e pela fraternidade entre os cidadãos, entre o Estado e o necessitado, ambos sob o controle da sociedade. Este controle evitará a prevalência da "teoria do urubu", onde alguns fazem festa e tiram proveito da desgraça alheia.

Sendo um problema social em que a própria sociedade cuidará disso, a Assistência Social, é portanto, ação necessária, sem a interferência de aproveitadores.

Sendo princípio da Lei Orgânica Social (LOAS), evitar o paralelismo de ações e deixar toda a assistência social a cargo da sociedade através de seus conselhos regulados em lei, nada justifica o uso da verba de Subvenção Social da Assembléia Legislativa do Paraná, nos moldes anteriores a esta lei, esta Resolução, vem, portanto, modernizar este procedimento, evitando o assistencialismo, destinando estes recursos para os fundos que estão sob o controle da sociedade, para fazer assistência a quem de fato merece, sob o prisma de uma política organizada e aprovada pelos Conselhos Municipais e Estadual, evitando a "teoria do urubu".

O uso da verba de Subvenção Social nos termos destas modernas leis, é o que preconiza a presente Resolução, colocando esta Assembléia Legislativa na vanguarda do combate ao assistencialismo politiquero.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 488/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Epilepsia, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.11.96.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos através desta proposição, a Associação Paranaense de Epilepsia, tem por finalidade aproximar os portadores de epilepsia e pessoas físicas e jurídicas, leigos e profissionais, que possam oferecer àqueles, melhores condições de tratamento e de convivência.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 489/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Projeto Educação do Assalariado Rural Temporário (APEART), com sede e foro no Município de Londrina - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.11.96.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Projeto Educação do Assalariado Rural Temporário (APEART) fundada em 15 de novembro de 1994, como uma organização civil sem fins lucrativos, e tem como finalidade promover a alfabetização e a educação para a cidadania das seguintes categorias sociais: trabalhadores assalariados e autônomos, das áreas rural e urbana, e população indígena.

A Instituição em epígrafe, vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito humano e da solidariedade, possuindo objetivos progressistas de interesse comum, constituindo-se numa fonte de desenvolvimento social, contribuindo portanto, para a melhoria da qualidade de vida voltada para a formação crítica dos trabalhadores.

Devido aos relevantes trabalhos prestados, beneficiando e reintegrando os trabalhadores à comunidade, a APEART foi declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 6.797, de 07 de outubro de 1996.

Face às características e postura referidas, requer-se então, a declaração de Utilidade Pública Estadual da Entidade em apreço, uma vez que mesma atende os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria.

PROJETO DE LEI Nº 490/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Estadual autorizado a acrescentar um § 4º ao artigo 4º da Lei Complementar nº 77/96, com a seguinte redação:

"Art. 4º - (...)

§ 1º - (...)

§ 2º - (...)

§ 3º - (...)

§ 4º - O pessoal inativo, detentor do curso de especialização na área do magistério com duração mínima de

360 horas, considerados os cursos de especialização anteriores a 1989 de duração de 180 a 300 horas, serão enquadrados em 1º de outubro de 1996, data da promoção pessoal do magistério, no nível VII, classe PG-7, nas mesmas referências que ocupavam por ocasião da aposentadoria".

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.11.96.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei encontra seu principal fundamento na seguinte questão:

"A Constituição Federal de 1988 igualou o regime de aposentadoria ao da revisão de proventos, de forma extensiva aos inativos, consagrando a plena isonomia, abrangendo os inativos não somente por motivo de alteração do poder aquisitivo da moeda, como de igual modo, por benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade".

(Extraído da ementa do Acórdão 825, 6ª Câmara Cível, do Tribunal de Justiça do Paraná).

Decisões como esta são unânimes nos tribunais brasileiros, todas embasadas no § 4º do artigo 40 da Carta Magna. Neste sentido, considerando que a Lei Complementar nº 77/96 trouxe nova estrutura no Quadro Próprio do Magistério, estabelecendo uma nova Classe, um novo Nível de Vencimento e que esse novo nível, essa nova classe é para professores com a mesma habilitação de alguns aposentados, o presente projeto estabelecerá a justiça e o cumprimento da Constituição Federal.

Deixa-se claro e evidente que o professor, para se beneficiar do legalmente estabelecido no presente projeto de lei, terá de provar que ao se aposentar já era detentor da habilitação exigida para o referido enquadramento. Não obstante, a lei agora proposta evitará demandas na Justiça, demandas estas que encontrarão amparo na Constituição Federal e na Jurisprudência já solidificada, pelo que causarão desnecessários custos para o Erário Público do Paraná.

Por todo o exposto, convocamos os nobres Pares a aprovarem este projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Não havendo oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expedientes, passamos ao Horário das Lideranças.

Antes, porém, anunciamos com satisfação, a presença do ilustre Deputado Federal João Iensen, que divide, nesta Casa, as amizades que foram solidificadas com a sua passagem como Deputado Estadual.

No Horário das Lideranças, concedo a palavra ao Senhor Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quando se discute aqui neste Parlamento a questão da interiorização dos investimentos do Governo do Paraná, beneficiando o interior do Estado, é oportuno e sobretudo também, quando estamos apreciando um projeto que visa conceder à iniciativa privada o uso da FERROESTE, é importante virmos aqui e fazermos algumas considerações.

A FERROESTE, Senhor Presidente, é uma aspiração centenária. O primeiro projeto de uma ferrovia ligando o Porto de Paranaguá à Assunção, Capital do Paraguai, passando por Foz do Iguaçu, e data de 1883, quando Álvares de Araújo era o Ministro de Viação. O sonho de ligar o Oeste e o extremo Oeste do Paraná ao Porto de Paranaguá cessou na década de 50, quando os trilhos chegaram a Guarapuava e de lá não avançaram mais. Na década de 80 uma forte mobilização de autoridades, políticos e empresários da Região Oeste do Paraná, capitaneados pelo então Deputado Mário Pereira, motivou o então Governador José Richa, a determinar a realização de estudos preliminares para a construção do trecho ferroviário, ligando Guarapuava a Cascavel-Guaíra.

O Secretário de Indústria e Comércio da época era Francisco Simeão, um dos maiores entusiastas desse projeto. A FERROESTE, que já foi chamada de Ferrovia da Produção, de Ferrovia da Soja, começou mesmo a andar no Governo Álvaro Dias, quando a concessão obtida junto ao Governo Federal para a sua construção, foram executados os projetos de engenharia aprovados pelo Ministério dos Transportes em 1989. E em dezembro de 1990, foi realizada a concorrência pública para a execução da obra, com o trecho dividido em nove lotes de construção. Na época, a empresa Estrada de Ferro Paraná Oeste Sociedade Anônima, fundada em 15 de março de 1988, era majoritariamente privada, com pequena participação acionária do Governo do Paraná.

As obras foram iniciadas efetivamente em fevereiro de 1991, já no Governo Requião, em seu primeiro lote que começava no perímetro urbano de Guarapuava, conectando com a linha já

existente da Rede Ferroviária Federal. O então Governador Álvaro Dias dava finalmente o arranque definitivo para a construção da almejada ferrovia.

No entanto, Senhor Presidente, foi no Governo Roberto Requião, quando Mário Pereira era o Secretário dos Transportes, com recursos apenas e tão somente do Tesouro do Estado, que a construção da FERROESTE ganhou enorme impulso, constituindo-se na prioridade máxima daquela gestão.

Em que pese as obras ficarem paralisadas por cerca de 3 meses em razão da transferência da construção das empreiteiras para os dois Batalhões Ferroviários do Exército Brasileiro, o cronograma foi mantido, não se registrando grande atraso na execução dos serviços.

Em dezembro de 1991, o Governo do Estado assumiu o controle acionário da empresa FERROESTE S/A, transformando em ações os investimentos até então feitos na construção da ferrovia. Hoje, o Governo detém cerca de 99% do capital social da empresa, pulverizando o restante entre mais de 40 acionistas privados. Com isso, a FERROESTE S/A foi transformada em empresa pública, uma Sociedade de Economia Mista vinculada à Secretaria dos Transportes.

Nos quatro anos do Governo Requião/Mário Pereira, foram construídos 220 dos 248 quilômetros entre Guarapuava e Cascavel, justamente o trecho mais difícil, em razão da topografia acidentada e rochosa predominante na região. Um viaduto com perto de 370 metros de comprimento e 60 metros de altura em seu ponto mais alto, e um túnel com 290 metros de comprimento, escavado na rocha, dão bem a dimensão das dificuldades enfrentadas na construção desse trecho.

Em dezembro de 94, a estrada de ferro rompeu a fronteira geográfica do município de Cascavel com Catanduvas, ficando a menos de 30 quilômetros para chegar ao seu destino final, o pátio do futuro terminal multimodal de Cascavel.

A gestão Requião/Mário Pereira gastou 253 milhões de reais para construir os 220 quilômetros de estrada de ferro, uma quantia que não chega a ser assustadora face às inúmeras obras de arte especiais construídas para a transposição de obstáculos topográficos. Uma vasta extensão de solo mole na região de Guarapuava também mereceu investimentos especiais para ser removida e permitir a compactação de um trecho.

Se nos quatro anos anteriores foram construídos 220 quilômetros, em terreno adverso, o atual governo precisou de quase dois anos para construir 30 quilômetros, numa região de topografia plana e favorável. Demora e atraso inexplicáveis e injustificáveis, visto a importância que essa obra representa não só para o Oeste do Paraná, mas para o Estado como um todo. Mas, aí poderão argumentar que não existiam fontes de financiamento interno ou externo para tocar o empreendimento. A resposta vem de bat-pronto: o Governo Requião/Mário Pereira também não usou de um mísero centavo de financiamento. Todo o montante aplicado - 253 milhões de reais, repito - saíram do Tesouro do Estado, e nem por isso o Estado quebrou. Então, realmente não existem argumentos para justificar levar um período tão grande para que a ferrovia finalmente chegasse a Cascavel. E nesse pequeno trecho foram gastos 120 milhões de reais, aí incluídos os 16 milhões de reais aplicados na construção do terminal multimodal.

Mas, um outro questionamento que gostaríamos de fazer, diz respeito ao leilão que o Governo pretende para privatizar a exploração comercial da linha férrea. Acho desnecessária e até perigosa a adoção dessa modalidade de licitação. Se já existe uma lei de concessão de serviços públicos aprovada por esta Casa, não há porque criar uma nova modalidade somente para entregar à iniciativa privada um empreendimento que custou muito sacrifício para o povo, sem que seja possível definir com clareza e transparência os resultados dessa operação. A construção da FERROESTE custou ao povo do Paraná aproximadamente 380 milhões de reais. É muito dinheiro para ser leilado por apenas 25 milhões de reais, que ainda serão pagos em 30 anos, com 3 anos de carência para vencer a primeira parcela. Isto é, a empresa vencedora do leilão começará a ressarcir o povo paranaense somente depois de 3 anos que começou a explorar o transporte ferroviário. É um presente que vamos conceder à iniciativa privada, porque senão vejamos: 25 milhões de reais para serem pagos em 30 anos, com 3 de carência e 109 parcelas trimestrais, sem dúvida é um negócio da China, de pai para filho.

Não podemos de forma alguma passar um cheque em branco, porque certamente amanhã seremos cobrados fortemente pela população pela nossa negligência e falta de critérios e de cui-

dados ao analisarmos os negócios que envolvem bens públicos.

Que viva a FERROESTE, uma obra de porte, grandiosa, única ferrovia construída por um Governo de Estado nos últimos 50 anos. Construída com o suor do povo trabalhador deste Estado. Mas que não sirva a FERROESTE para atender propósitos de poucos em detrimento dos legítimos interesses de uma coletividade. Que sirva a nossa FERROESTE de caminho do progresso, do desenvolvimento, do transporte de nossas riquezas, fortalecendo a nossa economia, gerando empregos, divisas e tributos. Que seja ela o caminho da felicidade e do bem-estar da nossa população.

Por isso tudo, esta Casa tem que se manter vigilante na defesa dos interesses do povo paranaense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o PTB. PT.

(Declina)

Deputado Valdir Rossoni, do PDT, com a palavra.

Antes do ilustre Deputado usar a palavra, é com satisfação que esta Mesa Executiva, em nome do Deputado Geraldo Cartário, faz o anúncio da presença em nosso Plenário do Dr. José Macedo Vieira, Prefeito de Póvoa de Varzim, em Portugal, acompanhado de Manuel Lopes, Assessor de Cultura, bem como do ilustre amigo do Paraná e do Brasil, representante do nosso país-irmão Portugal, o Cônsul José Miguel Fawor, que, aqui com outras pessoas nos honram com a sua presença. Sintam-se à vontade e em casa.

A palavra se encontra com o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Faço uso da tribuna hoje, para comentar e conversar com a população e com os Senhores Parlamentares sobre o Banco BAMERINDUS.

Ontem, assistia o Canal do Senado e ouvi o pronunciamento do Senador Roberto Requião, o qual quero aqui de público cumprimentar o Senador Roberto Requião e dizer que, fiquei contente de vê-lo fazer o pronunciamento defendendo a Instituição Banco BAMERINDUS. Quando vejo o Senador Roberto Requião fazendo a defesa da Instituição BAMERINDUS em nome do povo paranaense, acredito, sinceramente, Senhores Parlamentares, que chegou o momento desta Casa também se pronunciar e dar o seu apoio ao Banco BAMERINDUS.

Quero dizer aos Parlamentares e às pessoas que me ouvem, que não tenho

nenhuma admiração pelo político José Eduardo, não votei nele para Senador. Nunca tive relacionamento pessoal com o Senador José Eduardo. Tenho as minhas críticas quando ele foi Ministro da Agricultura, apesar de ele ter sido um paranaense que nos representava. Mas, quero aqui fazer a defesa do Banco BAMERINDUS. Muitos Parlamentares podem estar achando, que num momento crítico o político José Eduardo, por outro lado defendendo a Instituição BAMERINDUS. Por que defendendo o Banco BAMERINDUS? Senhores Parlamentares, têm 25 mil funcionários, 4 mil pontos de atendimento à população, ele chega a 900 municípios brasileiros e tem 50 anos de trabalho, que nasceu no Paraná. Nunca atrasou seus funcionários. Foi abrindo portas, em cada momento em que a economia do Paraná crescia, o Banco BAMERINDUS crescia junto.

Por isso, Senhores Parlamentares, como já disse, acho que chegou o momento desta Casa dar o seu apoio à Instituição BAMERINDUS, porque estaremos perdendo este patrimônio do povo paranaense. Não somente dos acionistas do BAMERINDUS, mas o patrimônio do povo do Paraná.

Existe uma grande diferença entre o Banco BAMERINDUS, o Banco Econômico e o Banco Nacional. O Banco Econômico e o Banco Nacional foram dirigidos com negligência. Existem irregularidades mil, comprovadas pelo Banco Central, com contas fantasmas, o furo e o prejuízo à população paranaense, em que o Econômico e o Nacional trouxeram à população paranaense é muito grande, muito diferente do que o Banco BAMERINDUS. O Banco Econômico e o Banco Nacional andavam "mal das pernas", estavam quebrando, por não terem dirigido esses bancos da forma que deveria ter sido. O Banco BAMERINDUS estava numa situação em ótimas condições. É aí que temos que diferenciar o Econômico, do Nacional e o Banco BAMERINDUS.

Quando é que o Banco BAMERINDUS, este banco paranaense, começou a ter dificuldades? Foi quando uma revista semanal deste país, e que tem crédito, a Revista Veja, começou a colocar suspeita contra o BAMERINDUS. Daí os correntistas que tinham os seus recursos depositados no BAMERINDUS, começaram a fazer o saque, aí é que vieram as dificuldades econômicas do Banco BAMERINDUS.

E estamos aqui fazendo este pronunciamento, porque não queremos ver sob a direção do Banco BAMERINDUS, este banco paranaense, não queremos que venha nenhuma pessoa de capital,

uma empresa de capital estrangeiro vir aqui tomar conta de um Banco que nasceu no Paraná e cresceu no Paraná, e que era o segundo maior Banco comercial particular do Brasil.

Se soubéssemos e tivéssemos conhecimento, e o BAMERINDUS tivesse as mesmas irregularidades que tinham o Econômico e o Nacional, jamais estaríamos aqui fazendo a defesa desta Instituição. Mas estamos aqui fazendo esta manifestação e gostaria de ter o apoio dos Parlamentares do Paraná, para que o Banco Central, para que o Presidente da República não enxerga-se esta Instituição chamada BAMERINDUS e comparando com o Banco Econômico e o Banco Nacional, porque em nenhum momento até hoje, vimos o Banco Central se manifestando da forma com que se manifestou na questão do Econômico e Nacional.

Por isso, acredito que no momento em que o Senador Roberto Requião ontem fez este pronunciamento no Senado da República, defendendo a instituição paranaense que nasceu no Paraná e naquele momento ele dizia que reiterava as suas críticas ao político José Eduardo, ao Ministro da Agricultura José Eduardo, mas não podia se calar ao absurdo que estão fazendo com o Banco BAMERINDUS, por que se não fosse a Revista Veja, se não fosse a Gazeta Mercantil, tenho certeza absoluta que o Banco BAMERINDUS não estaria passando pelas dificuldades que está passando, porque começou a ter dificuldades depois que colocaram em dúvida a saúde financeira do Banco BAMERINDUS.

Com aparte o Deputado Edgar Bueno.

O Sr. Edgar Bueno - Vossa Excelência tem aqui o meu apoio, meu cumprimento pela grande defesa que faz a uma empresa paranaense, independente de ser ela quem for. O Senador José Eduardo é um Senador do Paraná, mas tem esta empresa que representa o Paraná e a economia do Paraná, e devemos reforçar esta defesa das empresas, principalmente do Paraná.

Nós que lutamos tanto para melhorar a nossa economia, trazendo para cá a Renault, e agora a Chrysler, e que estamos empenhados em gerar empregos para o povo paranaense, todos devemos ter esta grande preocupação na defesa das empresas que aqui querem se instalar, mais nessa empresa chamada BAMERINDUS, que é uma empresa tradicional que oferece muitos empregos ao povo paranaense.

Parabéns a Vossa Excelência, e gostaria de pedir um momento da sua

atenção para falar da FERROESTE, já que o Deputado Nereu Moura não permitiu apartes.

Na verdade, temos que lembrar que esta ferrovia foi construída à custa do povo paranaense, com muito sacrifício e era uma obra sonhada há muitos anos.

Precisamos lembrar aqui das irresponsabilidades cometidas nesta grande obra. Reconhecemos aqueles que lutaram, reconhecemos aqueles que foram responsáveis pela sua construção. Sempre demos crédito a essas pessoas, mas quero citar aqui o Governador Mário Pereira, que, irresponsavelmente, construiu 30 quilômetros de ferrovias, colocando trilhos inadequados, terreno inadequado, sem compactação. Gastaram o dinheiro do Paraná pela vontade de chegar em Cascavel e dizer: "esta obra foi inaugurada pelo Governo tal". Quer dizer, esta irresponsabilidade foi corrigida ao longo de um ano e para que todos os Deputados saibam, também, aquele Terminal de Transbordo que é uma grande obra de Cascavel já está em funcionamento há quase um ano. Não levaram dois anos para terminar e para corrigir os grandes erros que deram grande prejuízo ao povo paranaense.

Não estou criticando ninguém aqui, Deputado Valdir Rossoni, mas só estou querendo lembrar porque todos os homens públicos têm que ter a responsabilidade de assumir os seus erros e até hoje não vimos o governo do PMDB, o ex-Governador Mário Pereira vir à público e dizer que cometeu um grande erro, que investiu errado na ferrovia, só pela vontade de inaugurar uma obra inacabada.

O SR. VALDIR ROSSONI - Acredito, Deputado Edgar Bueno, que temos que trazer a discussão da questão da FERROESTE para que todos tenham conhecimento, não só desse fato, mas de outros fatos, porque não negamos a importância da FERROESTE, o que discutimos, foram os erros cometidos.

Concedo a palavra ao Deputado Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Quero cumprimentar Vossa Excelência pela manifestação que faz nesta tarde em defesa da empresa paranaense. Todos temos orgulho quando, por esse Brasil afora estamos viajando e podemos lá encontrar uma placa, um luminoso com o nome BAMERINDUS e escrito embaixo: "O Banco da nossa terra".

Dizer que pessoalmente fico satisfeito com o posicionamento do Senador Roberto Requião, e isso me traz à

mente neste momento mais uma demonstração da pessoa lúcida, firme e sincera que é o Senador Roberto Requião. Ele, em todas as suas jornadas, sempre procurou no momento adequado colocar a sua lucidez à frente, muitas vezes até dos seus interesses e posições pessoais. Neste momento em que o Roberto Requião sai em defesa do BAMERINDUS, ele demonstra isso para todos nós, os paranaenses.

E tenho certeza, que foi desta forma também que agiu Álvaro Dias, foi desta forma que agiu Roberto Requião, Mário Pereira, quando se decidiram pela construção na forma que foi levada adiante da FERROESTE.

Quero discordar do companheiro, quando diz que foi erro em cima de erro, porque aconteceu isso, aconteceu aquilo. Os números que o Deputado Nereu nos traz na tarde de hoje, são números preocupantes, porque naquele trecho mais complicado, o quilômetro custou pouco mais de 1 milhão de reais, e num trecho muito favorável, que é esse trecho de Catanduvas até Cascavel, o quilômetro custou mais de 2 milhões de reais.

Então, acho que temos, como disse Vossa Excelência, Deputado Rossoni, discutir e nos aprofundar na questão da FERROESTE.

Vamos colocar isso em pratos limpos, porque o Deputado Edgar vem aqui, acusa o ex-Governador Mário Pereira, ex-Secretário Mário Pereira. O Deputado Nereu traz aqui números que a mim me parecem números da maior importância de serem conhecidos e investigados, porque afinal de contas não se justifica, no trecho de Catanduvas a Cascavel, que sabemos trecho de terra roxa, plano, gastar-se o dobro para construir um quilômetro em relação ao trecho de Guarapuava, Goioxim, Marquinho, Laranjeiras do Sul, Guaraniaçu.

O SR. VALDIR ROSSONI - Deputado Orlando Pessuti, gostaria de deixar a questão da FERROESTE para uma outra oportunidade, e gostaria de entrar nessa questão, porque tenho muitas dúvidas, e acredito que seria oportuno que o Secretário de Transportes viesse aqui fazer esta abertura da FERROESTE, para que todos os Parlamentares tivessem condições e conhecimento, que seria oportuno e importante.

O que estamos falando, e agradeço a contribuição que Vossa Excelência deu aqui, é na questão do Banco BAMERINDUS, o Banco do Paraná.

E concedo o aparte ao Deputado Jocelito Canto, Prefeito de Ponta Grossa.

O Sr. Jocelito Canto - Muito obrigado, Deputado Valdir Rossoni.

Gostaria de lhe cumprimentar pelas suas belíssimas palavras, e dizer se o Senador Roberto Requião realmente fez esse pronunciamento em Brasília, é digno de um político que realmente gosta do seu Estado e trabalha para o seu Estado. De modo que quero lhe cumprimentar também pela atitude que é parecida com a minha, também não tenho muitos amores pelo atual Presidente do BAMERINDUS, e atual Senador da República, não votei nele também.

Mas acho que tem que socorrer uma empresa que é paranaense, enquanto nesta Casa discutimos incentivos e mais incentivos, e até brigamos às vezes, para que novas empresas venham para o Paraná, acho que é justo também que não deixemos sair daqui as grandes empresas e aqueles grandes empreendimentos que nasceram no Paraná e principalmente empreendimentos como o BAMERINDUS, que nasce na região dos Campos Gerais e que hoje é destaque para o País inteiro.

Então, lhe cumprimento pelo seu pronunciamento e tenha o nosso apoio, tenha o apoio de Ponta Grossa nesse momento em que o BAMERINDUS passa um momento difícil, mas que é uma empresa genuinamente paranaense.

Está na hora deste Paraná brigar pelo que é seu, ser bairrista, brigar por aquilo que é o seu Estado. Por isso, lhe cumprimento, e tem o nosso apoio.

O SR. VALDIR ROSSONI - Quero agradecer ao Deputado Jocelito, mas quero ressaltar, ao terminar o meu pronunciamento, que não tenho nenhuma ligação pessoal com o Senador José Eduardo. Tenho até críticas sobre os posicionamentos políticos dele, principalmente quando foi Ministro da Agricultura.

Se muitas vezes me calei quando ele era Ministro da Agricultura, era porque estava lá um paranaense, mas faço aqui a defesa da Instituição BAMERINDUS, porque se faz necessário, porque é um patrimônio dos paranaenses, e não estamos vendo, neste momento, a atitude do Banco Central e do Presidente da República, para socorrer o Banco BAMERINDUS. O que eles estão querendo, e aí é que vem a grande virtude do Senador José Eduardo, estão querendo destituir o Senador José Eduardo do comando do Banco BAMERINDUS, e isto será um prejuízo a todos os paranaenses. Estão querendo comparar o BAMERINDUS ao Banco Econômico e ao Banco Nacional. Não vimos em nenhum

momento ser levantada suspeita de que o BAMERINDUS tinha contas fantasmas, de que no BAMERINDUS houve procedimentos contra a regulamentação exigida pelo Banco Central.

É por isso que fazemos a defesa, em nome dos 25 mil funcionários, em nome dos 4 mil pontos que atendem à população brasileira, em nome dos 900 municípios aonde o BAMERINDUS atua, e em nome da economia do Paraná. Porque, se o BAMERINDUS sofrer uma intervenção e perdermos, o povo paranaense perder a direção, quem estará perdendo não são os acionistas do BAMERINDUS, quem estará perdendo será o povo e a economia do Paraná.

Por isso, faço este pronunciamento, para dizer aqui, de viva voz, do meio apoio à esta instituição, porque é muito importante neste momento, que o Presidente da República, que o Banco Central, que socorreu os Bancos que seus proprietários deveriam estar na cadeia, porque que é que não socorre este Banco que até este momento não provaram nada contra a Instituição BAMERINDUS.

É difícil um Parlamentar fazer a defesa de um Banco, não faço do banqueiro, mas faço da instituição, que orgulha os paranaenses e que se espalhou por este País. Pela virtude que tem a família Vieira, pela competência administrativa da família Vieira, que abriu uma porta em Tomazina e se transformou no segundo maior Banco comercial deste País.

É isso que digo aos Parlamentares e vou entrar com um requerimento na Casa, e gostaria de ter o apoio dos Parlamentares para que essa manifestação, em nome do povo paranaense, chegasse às mãos de quem, pode fazer algo por essa instituição.

Por que estamos fazendo isso? Porque está claro e está evidente que o BAMERINDUS tinha um volume de depósito, enquanto o Econômico e o Nacional quebravam; tinha um volume de recursos e de depósitos que funcionava tranquilamente, quando começou a se ventilar através dos órgãos de imprensa, da saúde financeira do BAMERINDUS, começaram os saques dos seus depósitos correntistas e aí sim que vieram as dificuldades que o BAMERINDUS está enfrentando.

Agradeço aos Parlamentares por terem me ouvido e agradeço aos apurados, es espero ter o apoio dos ilustres Parlamentares à instituição BAMERINDUS.

Um aparte ao Deputado Ângelo Vahnioni.

O Sr. Ângelo Vanhoni - O Senhor tem em mãos o requerimento? Poderia ler da tribuna do Plenário o teor do requerimento?

O SR. VALDIR ROSSONI - Estarei fazendo o requerimento. Não tenho o requerimento aqui, mas estará nesse requerimento uma manifestação minha pedindo o apoio dos Senhores Parlamentares em nome da Instituição BAMERINDUS, que se não for provada nenhuma irregularidade dentro da Instituição BAMERINDUS que tenha o apoio desse famoso PROER, para que esses prejuízos que vieram à Instituição BAMERINDUS, devidos às notícias que não eram verdadeiras, e aí houve a corrida ao Banco BAMERINDUS para o saque, e aí trouxe as dificuldades.

Até este momento e o momento que eu tiver conhecimento de que houve irregularidades, não terá mais o meu apoio. Mas até este momento não vimos o Banco Central se pronunciar, como se pronunciou no caso do Econômico e do Nacional.

Gostaria, Deputado Ângelo Vanhoni, depois que entregar à Presidência da Casa o meu requerimento, que fosse lido na hora da aprovação, e gostaria que Vossa Excelência, se quiser ajudar e contribuir, estou aberto para discutirmos o requerimento.

O Sr. Ângelo Vanhoni - Permite um aparte, Deputado?
(Assentimento)

Gostaria, uma pequena sugestão, se me permite, Senhor Presidente, que o Senhor nesse seu requerimento tentasse explicitar isso que o Senhor falou hoje aqui na tribuna. Em relação ao papel do Banco na economia do Estado, em relação de que até hoje diferenciado do Banco Econômico e do Banco Nacional, que são publicamente, são públicas as notícias e do que é verdade que esses bancos desviaram dinheiro dos correntistas, assaltaram o povo brasileiro, tanto o Econômico como o Nacional, mandando recursos com contas fantasmas para paraísos fiscais, para fora do Brasil. Não é o caso do Banco BAMERINDUS, pelo menos no que se tem discutido até agora, e mais do que isso, coloque no seu requerimento a preservação do emprego de 27.000 funcionários. Se o Senhor fizer isso, assinando o requerimento junto com Vossa Excelência.

O SR. VALDIR ROSSONI - Quero dizer ao Deputado Vanhoni que a minha grande preocupação também é colocar neste requerimento, que o Banco Cen-

tral antes de socorrer o BAMERINDUS, traga a conhecimento da população brasileira que o BAMERINDUS agiu diferente do Econômico e do Nacional para preservar o apoio que estamos dando ao BAMERINDUS. Porque não tenham dúvida, que se o BAMERINDUS tivesse agido e tido irregularidades como teve o Econômico e o Nacional, já teria vindo a público, e até este momento não veio.

Para preservar a instituição, para preservar os 27.000 funcionários que deram o seu trabalho para que esta instituição crescesse, para preservar este Banco paranaense, para preservar a economia do Paraná, que também é baseada em cima do BAMERINDUS e também para que não se cometa uma injustiça devido a interesses que não sabemos aqui ter conhecimento devido a não sabermos porque alguns órgãos de imprensa soltaram a dúvida sobre a saúde financeira, que esta instituição não venha a pagar sobre isso.

Na certeza de estar aqui fazendo um requerimento e um pronunciamento em nome dos interesses do Paraná, é por isso que o faço.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Encaminho ao Senhor Presidente um pedido de transcrição aos Anais desta Casa do pronunciamento feito pelo Senador Roberto Requião no dia de ontem, no Senado da República, com referência à questão BAMERINDUS. E faço isso agora, na sequência das colocações do Deputado Valdir Rossoni, para que tomássemos conhecimento de algumas verdades que muitas vezes são difíceis para nós Deputados Estaduais conseguirmos, Deputado Valdir Rossoni, devido a não termos informações do Banco Central, e quero antecipadamente colocar este pronunciamento à disposição de Vossa Excelência e dos Senhores Parlamentares, para que pudéssemos instruir um requerimento que espero seja em nome deste Poder, assinado por todos os Parlamentares, na defesa do BAMERINDUS.

Leio, portanto, Senhor Presidente, na íntegra, o pronunciamento do Senador Roberto Requião, para que possamos ter conhecimento dos números aqui apresentados.

(Lê):

"O SR. PRESIDENTE (Mabor Júnior) - Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Requião, por vinte minutos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB-PR. Pronuncia o seguinte discurso) - Se-

nhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, nós que fazemos política no Paraná, fazemos uma política dura e agressiva na defesa dos nossos pontos de vista. Tenho dito repetidamente que quem gosta de política de alto nível é quem tem "rabo preso" e não quer ver as suas mazelas expostas ao público.

Tenho um adversário político no Paraná conhecido no Senado da República e no País. Trata-se do Senador José Eduardo de Andrade Vieira. Sua Excelência tem sido meu adversário em todos os pleitos dos quais participei direta ou indiretamente no meu Estado. Mas quando nós, em dado momento, chegamos a conhecer a verdade sobre um determinado assunto, a verdade, deve, necessariamente, ser dita. "E conhecereis a verdade e a verdade vos libertará" (Jo. 8,32).

O Senador Andrade Vieira, desde 1991, afastou-se da direção do Banco BAMERINDUS. Sua Excelência exerceu o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo e exerceu o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária. Este Plenário, por várias vezes, escutou a minha crítica às políticas adotadas pelo Senador dos Ministérios citados, mas nunca levantei nenhuma dúvida quanto à probidade do Ministro no exercício de suas funções.

Examinando o balanço do Banco BAMERINDUS, trabalho que realizei nesse fim de semana, quero colocar com clareza a posição de um adversário forte do Senador do Paraná, em defesa do seu Banco e da sua permanência à frente do Banco. Somos adversários políticos e, seguramente, essa disputa é inconciliável, além do que não sou homem de conciliações. Raramente procuro conciliação com pessoas que pensam de forma diametralmente oposta à minha maneira de pensar, de entender a economia, de entender o Brasil, de ver com clareza um projeto global de reafirmação das noções claras de pátria, de nação, de soberania.

Mas eu seria um Senador pela metade, a metade de um homem ou de um cidadão se não trouxesse ao conhecimento deste Plenário, e mais do que a este Plenário, ao conhecimento do Presidente da República e ao Ministro da Fazenda, o que verifiquei no balanço do banco.

O Banco BAMERINDUS atingiu, no final do primeiro semestre de 1995, um total de depósitos captados junto ao público, que é o indicador da confiança da sociedade em uma instituição financeira - da ordem de R\$ 9 bilhões. Esse número colocava o Banco paranaen-

se, pela primeira vez, na segunda posição entre os Bancos privados brasileiros, só atrás do BRADESCO. Pergunto: será que esse avanço não teria gerado inveja na concorrência ou no mercado?

Em operações de câmbio, o BAMERINDUS assumiu o primeiro lugar entre os Bancos privados brasileiros com um volume de operações da ordem de US\$ 53 bilhões.

No início do segundo semestre de 1995, o BAMERINDUS, como os demais Bancos privados, sofreu os efeitos da crise do sistema financeiro, particularmente a partir da quebra do Banco Econômico.

Eu diria - posso fazê-lo com clareza e sinceridade, porque sou absolutamente contrário ao sistema bancário privado brasileiro - que muitos bancos quebraram por corrupção. de alguns deles conhecemos a lista das contas fantasma, mas isso não ocorreu com o Banco paranaense. Diria também que muitos Bancos quebraram por aquilo que no Direito chamamos, Senador Bernardo Cabral, de fato do príncipe: a política organizada e provocada pelo Governo Federal para manter a estabilidade do Plano Real.

No mesmo período, houve perda de recursos por conta de boatos veiculados na imprensa - vamos dar os nomes: revista Veja e Gazeta Mercantil. Pode ser uma veiculação inocente de boatos, mas devemos verificar se por trás de uma dessas instituições maravilhosas da imprensa brasileira não existe um grande branco. Talvez exista. Necessariamente existe, em pelo menos uma delas.

O BAMERINDUS não precisou recorrer, apesar dos boatos, em nenhum momento, às linhas especiais do Banco Central, da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil. Ele se safava da crise pelos seus próprios meios, com seus mais de 30 mil funcionários no Brasil.

O BAMERINDUS fechava o ano com a seguinte posição: depósitos totais de R\$ 7 bilhões, lucro de R\$ 100 bilhões e US\$ 87 bilhões em operações de câmbio, mantendo a posição de líder entre os Bancos privados.

No final do primeiro semestre de 1996, os depósitos totais permaneciam na casa de R\$ 7 bilhões, mas uma boa parcela dos recursos do público havia sido substituída por CDIs da Caixa Econômica Federal, com custos que se aproximavam de quase 2% acima dos custos do mercado.

Pergunto-me se isso é ajuda ou se é privilégio. A crise se acelera nesse

processo. O lucro do período foi de R\$ 30 milhões, e as operações de crédito, que haviam permanecido em 31/12/95 nos mesmos níveis de 30/06/95, na casa de R\$ 7 bilhões, caíram, em junho de 1996, para R\$ 6 bilhões.

O BAMERINDUS tem uma história de trabalho não só no Paraná como também no Brasil. Ele foi fundado pelo Senhor Antônio Avelino de Andrade Vieira, pai de José Eduardo de Andrade Vieira, que abria uma agência numa sala alugada a cada momento que o desenvolvimento pioneiro do Paraná se expressava. No avanço do café, no momento em que se exauriam as terras de São Paulo, o BAMERINDUS estava presente, alavancando a economia e, corajosamente, naquela época, financiando o desenvolvimento.

O lucro do período caiu para R\$ 6 bilhões em 30/06/96. Da casa de R\$ 7 bilhões caía, em junho de 1996, para R\$ 6 bilhões. Com ativos da ordem de R\$ 18 bilhões e patrimônio líquido de R\$ 1,4 bilhão (era R\$ 1,2 bilhão em 30/06/95), emprega hoje mais de 25 mil pessoas, sendo que mais de 6 mil trabalhadores já foram demitidos.

Em cinquenta anos de existência, o BAMERINDUS nunca atrasou o pagamento de seus funcionários. Penso, no entanto, que os banqueiros pagam muito pouco e que os bancários deveriam merecer, por parte dos banqueiros, respeito maior. Em cinquenta anos, repito, o Banco BAMERINDUS não atrasou o pagamento de seus empregados um dia sequer. É um dos bancos com o menor índice de cheques sem fundo num universo de mais de 7 milhões de depositantes (eram 6,7 milhões em 30/06/95) espalhados por mais de 900 municípios brasileiros. Possui a segunda maior rede de agências entre os Bancos privados, com mais de 4 mil pontos de atendimento, e só no ano passado pagou cerca de 100 milhões de reais de tributos.

Essa é a observação de um adversário político do Senador José Eduardo Vieira, de um adversário político que reitera todas as críticas que fez à sua atuação no Ministério da Indústria e do Comércio e no Ministério da Agricultura, mas é um adversário político que não é cego. É quem enxerga uma situação que pretende tirar do eixo e do comando do seu Estado um banco da importância do BAMERINDUS, mesmo que isso signifique a perplexidade de alguns aliados e companheiros na oposição dura que fazemos ao banqueiro na política do Paraná, tem a obrigação de vir à tribuna do Senado esclarecer aos Senadores, pedir apoio para o Banco e requerer, Senhor Presidente Nabor Júnior,

nior, que o texto desse pronunciamento seja encaminhado ao Presidente da República, ao Ministro da Fazenda e ao Presidente do Banco central, se é que ele já voltou dos Estados Unidos e da Inglaterra, onde lançou o **global bonds**, que, se não trouxe nenhum prejuízo para o Brasil, foi uma manobra pífia, um buraco n'água, e deixou apenas como despesa o fausto da sua viagem, os hotéis 5 estrelas e os banquetes que ofereceu.

É preciso que o Banco Central passe a levar a economia brasileira a sério. Não posso admitir a idéia de ver, amanhã, o Banco BAMERINDUS do Paraná controlado por Bancos estrangeiros e empresários com dificuldade para obter uma carta de crédito tendo que demandar a sede de outros Bancos em outras grandes cidades de outros Estados.

Ao banqueiro José Eduardo de Andrade Vieira e aos acionistas do BAMERINDUS, a minha solidariedade ativa nesse momento. Reitero, entretanto, todas as críticas que fiz ao político Senador José Eduardo Vieira.

Muito obrigado, Senhor Presidente".

(Segue documento a que se refere o Senador Roberto Requião em seu pronunciamento).

Esse pronunciamento, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, é o pronunciamento feito pelo Senador Roberto Requião no dia de ontem, e se faço a leitura, Deputado Rossoni, é porque peço, Senhor Presidente, a transcrição nos Anais desta Casa desse pronunciamento, e me valho para sugerir ao nobre companheiro, Líder do PDT, que ao invés de um requerimento de Vossa Excelência, fizéssemos questão de fazer um requerimento de todos os Parlamentares desta Casa, em defesa do Banco paranaense, como somando esforços para que o Banco Central desista dessa idéia estúpida de colocar agentes bancários infinitamente menores que o BAMERINDUS no controle e no comando acionário deste Banco que é nosso.

O Sr. Valdir Rossoni - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Quero dizer a Vossa Excelência que fiz o pronunciamento porque ouvi o pronunciamento do Senador Requião e gostei do seu pronunciamento, achei um pronunciamento dentro do que esperava do Senador Roberto Requião. É transformo o meu requerimento, e peço a colaboração de Vossa Excelência, para

que façamos um requerimento aonde no contexto tenha o que queremos expressar e levar e nosso apoio em nome de todos os Parlamentares que assim o quiserem dar o seu apoio a essa instituição paranaense, aceito e concordo com Vossa Excelência.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Agradeço, e agradeço o Presidente pela oportunidade de ler, porque apenas fiz a leitura no Plenário, nobre Deputado, porque ficamos falando nessa questão do BAMERINDUS, ficamos ouvindo, e se requeremos ao Banco Central, dados não vamos conseguir, e o Senado Federal, o Congresso Nacional consegue dados no Banco Central. E tenho certeza que nem nós, nem a imprensa conhece os volumes, os valores, a saúde financeira de um Banco como o BAMERINDUS, que lamentavelmente...

O Sr. Geraldo Cartário - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Caíto, a exemplo do Deputado Rossoni e de Vossa Excelência, queremos cumprimentá-los pelo assunto que abordam na tarde de hoje. O nosso aparte diz respeito a endossar um pouco mais, tanto o pronunciamento de Vossa Excelência, como do Deputado Rossoni, e do Senador Roberto Requião, é no que diz respeito ao que o Banco BAMERINDUS vem empreendendo, inclusive em avanços sociais, haja visto que o Banco do Estado do Paraná, que é um Banco que deveria pensar e ser único e exclusivamente social, porque é um banco do povo do Paraná, no entanto o Banco do Estado do Paraná tem se negado a abrir agências em alguns municípios, especialmente municípios novos, porque não trazem uma rentabilidade imediata.

O Banco BAMERINDUS, que realmente é um banco da terra, é um Banco do Paraná, se preocupando com essa lacuna empreendida pelo Banco do Estado, vem colocando agências em pequenos municípios, mesmo com alguns prejuízos, que talvez ocorram, para se fazer presente no nosso território paranaense.

Por isso que o Banco BAMERINDUS, não só os Deputados, os Senadores, mas especialmente o Governo do Estado, devem se unir a esse trabalho, a essa reivindicação, junto ao Banco Central. Mostrar ao Brasil, que o Paraná também é um Estado que menos dívida tem com a União e com Bancos internacionais. O povo do Paraná é, sem sombra de dúvida, o povo mais honesto, que vem gerando os recursos financeiros da União, e por isso merece, sem dívida ne-

nhuma, que o Banco Central, o Ministério da Fazenda, juntamente com o Governo do Estado, que socorram o Banco BAMERINDUS. Porque quem está gerenciando o Banco é especialmente o Presidente do Banco, hoje, o ex-Ministro José Eduardo. Ele sempre prezou, como a sua família, por uma lisura total, que sempre foi demonstrada.

Por isso, se o Banco BAMERINDUS sofreu, foi pela carteira imobiliária, pelas mudanças repentinas que aconteceram neste País, e não por desonestidade. Porque um empresário que paga os seus funcionários em dia, como sempre o Banco BAMERINDUS pagou, não pode se levantar nunca a dúvida da honestidade desta gente do Paraná.

Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. Ângelo Vanhoni - Se é verdade esta linha de argumentação, de que o Deputado Caíto e o Senador Requião esboçou lá no Senado, Deputado Valdir Rossoni, e também não tenho motivos para não pensar em declarar qualquer apoio a essa medida, mesmo porque, aqui na Assembléia, o meu mandato de Deputado, como bancário que sou, funcionário de um Banco público, não comungo dos mesmos princípios da família Vieira, que administra até então o terceiro Banco privado deste País.

Mas a par disso tudo, preocupam-me as negociações que vêm sendo feitas em relação ao sistema financeiro nacional, e com a estrada do sistema financeiro internacional de forma desbragada no território nacional, que até então era proibido.

Além disso, se é verdadeira essa linha de argumentação, que defendemos, que em um aparte que fiz a Vossa Excelência, manifestei que acho que o BAMERINDUS - acredito pelas informações até agora -, que o BAMERINDUS não é o mesmo caso do Banco Nacional, e não é o mesmo caso do Banco Econômico, que foram administrados de forma sorrateira por parte de suas diretorias, desviando recursos do povo brasileiro para uso próprio. Mas se trata, sim, das injunções do mercado, da readequação do sistema financeiro, da estabilidade da economia, e mais do que isso, até de investimentos que foram realizados por parte do banco, e que não deram o resultado esperado. Mas investimentos concretos, que comprovadamente foram realizados, e que prejudicaram a saúde financeira do Banco.

Se isso tudo é verdade, acho que não comporta à Assembléia Legislativa, apenas um requerimento, e apenas a ma-

nifestação através da tribuna, de apoio ao Banco BAMERINDUS, e na defesa de um patrimônio, que achamos importante para o Estado do Paraná. Seja as suas relações com a economia do Estado, seja na preservação dos empregos de vinte e sete mil funcionários do Banco BAMERINDUS.

A sugestão que faço, é que Vossa Excelência, antes de apresentar esse requerimento, e deixaria com Vossa Excelência, e com o Deputado Caíto Quintana, que também subiram à tribuna para manifestar claramente a sua posição, a incumbência de entrar em contato com a administração do banco, tomar pé de toda a situação, de onde está a negociação, para que a Assembléia pudesse fazer uma manifestação de uma envergadura maior, no que diz respeito a simplesmente uma aprovação de um requerimento, e mandar essa correspondência para as autoridades econômicas nacionais.

Acho que o Paraná precisa demonstrar, e é farta esta crítica, que sempre fazemos, que não temos identidade própria. Quando se trata de defender os interesses dos paranaenses, somos os primeiros a nos dividir.

Então, queria propor a Vossa Excelência que não apresentasse amanhã e submetesse isso a uma possibilidade que reestudássemos uma medida com uma profundidade, um peso político maior.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Concedo o aparte ao Deputado Zuk, depois dialogamos.

O Sr. Luiz Carlos Zuk - Queria, além de cumprimentar o Líder do PDT, cumprimentar Vossa Excelência e o Deputado Vanhoni e esta Casa, e principalmente o ex-Governador, Senador Roberto Requião, pela manifestação em defesa não só da instituição BAMERINDUS, mas em defesa do nosso Paraná.

Vossa Excelência e todo o Paraná e o Brasil são testemunhas de que este Banco, naquela sua posição social, seja na campanha da fraternidade em que todo o BAMERINDUS participa e na campanha do agasalho, feita aqui em solo paranista, têm levado aos menos favorecidos realmente a presença maior daquela instituição financeira. Não só no campo econômico, administrativo e funcional do Banco, Ponta Grossa mais de perto e a Santa Casa de Misericórdia, recebeu do BAMERINDUS, como todas as Santas Casas do Paraná e do Brasil têm recebido dessa instituição a presença de uma

mão amiga nas horas de maior necessidade.

Tem ainda o BAMERINDUS dado a este Brasil a posição de Bicho do Paraná, que projetou todos os nossos melhores e mais qualificados brasileiros, estrangeiros e paranaenses aqui nascidos, nas suas profissões. Tem ainda o BAMERINDUS mostrando a este Brasil, em "Gente que Faz", que realmente em todos os quadrantes desta nação o pequeno, o médio e o grande empresários têm no BAMERINDUS o veículo de comunicação da sua presença nos seus trabalhos, nas suas empresas e indústrias.

Tem Vossa Excelência o apoio e o respaldo de todos os Senhores Parlamentares desta Casa, da Mesa Executiva, do Presidente, e de nós todos. E mais uma vez, pensando igual ao Vanhoni, que fizéssemos uma coisa que fosse de encontro, não só uma manifestação de apoio, mas de encontro com aquilo, como no Rio Grande é costumeiro fazer. Vossa Excelência bem sabe que quando quiseram mexer no Banco Meridional, qual foi a posição que o Governo do Rio Grande do Sul, qual foi a posição dos Parlamentares, tanto a nível estadual quanto federal, que se levantaram e não mexeram no Banco. Qual foi a posição novamente do Rio Grande do Sul quando quiseram fazer com que aquele Governo fosse penalizado, como o Paraná foi, que saímos do Ministério da Agricultura, mas não deixamos lá um paranaense para substituir o nosso Zé Eduardo, e o Rio Grande, quando mexeram num Ministro seu, qual foi a posição? De pé, gaúchos levaram para o Ministério um outro seu compatriota, dando uma posição na qual devemos nos espelhar! Vossa Excelência, gaúcho que é, está dando uma mostra que é a condição pela qual necessitamos, neste Paraná, um pouquinho mais daquilo que sobra no nosso irmão do sul!

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Queria responder a colocação do Deputado Vanhoni e também do Deputado Zuk, e solicitar, Senhor Presidente, se Vossa Excelência nos permitir.

O Deputado Rossoni colocou no seu pronunciamento que não redigiu o ofício ainda, que nos reuníssemos, na Sala da Presidência, os Parlamentares, as lideranças partidárias, para a formulação de um requerimento mais consistente, com mais dados, para que não seja apenas a aprovação da Mesa de um dado pedindo vênias. Não! Dados concretos, extraídos daqui, quem sabe também por informação do próprio Banco, para

que tomemos uma posição de maior envergadura, Deputado Rossoni.

Porque talvez precisássemos viver momentos como esse, sabe que a mim também surpreende e a todos os Senhores, um pronunciamento vigoroso, em defesa de uma instituição bancária paranaense, de um desafeto político, para que não tenhamos nenhum tipo de visão que o nosso apoio aqui, nem do Vanhoni que é do PT, nem do Cartário que é do PTB tem a ver com política, tem a ver com a instituição Banco que tem sede no Paraná e que é uma instituição paranaense, não é isso?

Que pudéssemos, portanto, fazer isso em conjunto, todos nós Parlamentares, e que fosse o princípio, Senhor Presidente, capitaneado por esta Casa, por Vossa Excelência, e pelos demais Deputados, de uma ofensiva na defesa da permanência do BAMERINDUS como instituição paranaense, porque trocar a direção, Senhor Presidente, o comando acionário, é transformar o BAMERINDUS na mesma coisa que o Itaú, que o BRADESCO, que tantos outros que têm a sua sede administrativa fora do Paraná, e portanto com muito menos investimento num social no nosso Estado.

O Sr. Valdir Rossoni - Deputado Caíto Quintana, se o Presidente Anibal Khury, transfiro a coordenação deste trabalho, que acho que é importantíssimo, que o Presidente Anibal Khury assumisse junto com os líderes de partidos, e as pessoas que quiserem participar, que fosse chamado alguém do BAMERINDUS que pudesse nos fornecer os dados, para que fizéssemos realmente uma manifestação, que viesse se somar na defesa da instituição BAMERINDUS, porque o que observamos nas leituras que fazemos em notícias, Deputado Caíto Quintana, o que lemos, é que o Senador José Eduardo, nesse momento defende com garra e determinação a Instituição BAMERINDUS, porque parece que o interesse do Banco Central e de alguém que não conhecemos, essas mazelas bancárias, eles querem é tomar a direção do BAMERINDUS do Senador José Eduardo.

O que nós - e é o meu pensamento pelo que leio na imprensa, é que o Senador José Eduardo precisa nesse momento, e não tem o apoio político, não vem a questão política, tem que ficar claro para a população paranaense, que nós, nesse momento, temos que ser bairristas, não podemos deixar o Senhor José Eduardo de Andrade Vieira, defender sozinho o interesse econômico de todo o povo paranaense, porque o que observamos na imprensa, é isso,

que querem arrancar o poder da direção do Banco de um paranaense, para entregar à instituições internacionais, ou à alguém que tenha menos capital, mas que seja socorrido pelo PROER, e venha aqui querer dirigir essa instituição paranaense.

É por isso que fiz esse pronunciamento, e concordo com tudo o que os Senhores Parlamentares falaram e estão contribuindo.

Agradeço pela posição dos Senhores, que aí estamos vendo os Parlamentares defenderem o verdadeiro interesse do Paraná, como fez ontem o Senador Roberto Requião.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Para concluir, Deputado Rossoni, o seu raciocínio, veja bem.

Em algum momento, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, vimos falar em liquidação extrajudicial do BAMERINDUS, em liquidação do Banco, em honrar compromissos que eventualmente o Banco não esteja honrando? Não, vemos exclusivamente a pressão no sentido de mudar o comando acionário e a direção do Banco BAMERINDUS, só, para Bancos menores, com menos expressão na Casa, com patrimônio reduzido, e aí fica a suspeita: a que interesses serve esse tipo de ação?

E por isso temos que defender o nosso Paraná.

Concedo aparte ao Deputado Jocelito, que é Prefeito de Ponta Grossa.

O Sr. Jocelito Canto - Deputado Caíto Quintana, acho que a sugestão do Deputado Valdir Rossoni é interessante, e gostaria de dar uma sugestão, que se formarmos uma Comissão, é claro que existem alguns partidos que podem não querer fazer parte desta Comissão, até por ideologia política. Mas queria dar uma sugestão em nome do bem-estar do povo do Paraná.

Gostaria de sugerir que se nomeasse uma Comissão e que essa Comissão, Deputado Caíto, fosse em Busca desses dados ditos aqui pelo Deputado Rossoni, e que fosse se inteirar realmente e concretamente de todos os dados, e que essa Comissão fosse uma Comissão em prol e ajuda ao Banco BAMERINDUS do Paraná.

Então, gostaria de dar essa sugestão, contribuindo. Que a Presidência nomeasse uma Comissão dos Parlamentares, e que esses Parlamentares, companheiros nossos, teriam a missão de buscar os dados e trabalhar aqui, em Brasília, onde for preciso, para que esta Casa fosse representada a nível de República, a nível de Brasil,

para que possamos mostrar a solidariedade, principalmente desta Casa, neste episódio do Banco BAMERINDUS.

Essa é a sugestão ao Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Orlando Pessuti - Deputado Caíto, quero, também, a exemplo do que já fiz em relação ao Deputado Valdir Rossoni, quando ocupou a tribuna, somar-me a Vossa Excelência e cumprimentá-lo, por trazer a este Plenário, a íntegra do pronunciamento do Senador Roberto Requião de Mello e Silva. E dizer que neste momento estamos realmente demonstrando, através da Assembléia Legislativa, a unidade que muitas vezes falta à classe política paranaense.

Disse bem o Deputado Luiz Carlos Zuk, quando o Ministro Odacir Klein, por um problema de ordem familiar, quando o seu filho atropelou uma pessoa e não prestou socorro, ele pediu demissão do Ministério dos Transportes. Os gaúchos se levantaram e exigiram a permanência de um gaúcho naquele Ministério, e ele lá está, defendendo os interesses do Brasil, mas certamente com um olhar mais especial, que é o Rio Grande do Sul.

Quantas e quantas vezes, nesta Assembléia e neste Plenário, defendemos a atuação do Ministro José Eduardo à frente do Ministério da Agricultura, inclusive, quando ele deixou o Ministério, aprovamos aqui com a assinatura da maioria dos Parlamentares, um voto de congratulações ao seu trabalho, e naquela oportunidade, relacionamos inclusive os feitos dele enquanto Ministro da Agricultura do nosso País. E mais uma vez, acredito que vale relembrarmos isso, porque afinal de contas, bastou o Ministro José Eduardo, com os seus acertos e erros no Ministério da Agricultura, deixar o Ministério, para que o Paraná fosse vítima imediatamente de uma Portaria do Ministério, a de nº 107, que estabeleceu alguns princípios de vigilância nas divisas do nosso Estado com Santa Catarina, que veio prejudicar enormemente a economia paranaense, principalmente a economia suinícola do nosso Estado.

E muitas vezes, desta tribuna, já cumprimos o nosso Presidente Anibal Khury, Governador já diversas vezes no Estado do Paraná, pelo Decreto que baixou, e dissemos aqui, Deputado Anibal Khury, que o Decreto que Vossa Excelência baixou enquanto Governador, poderia até não ter todas as justificativas técnicas necessárias para que fosse editado, mas tinha aquele Decreto, aquele ato de Vossa Excelência,

todas as justificativas políticas e de defesa dos interesses do povo do Estado do Paraná. Penso dessa mesma forma, o BAMERINDUS, desde que se anunciou as suas dificuldades e das empresas coligadas. Já tivemos oportunidade aqui, inclusive o Deputado Nelson Justus muito falou nisso, de todas as ações, todas as medidas saneadoras que buscou-se nesse conglomerado de empresas, em relação a INPACEL, em relação à Seguradora, em relação à troca de diretores e de pessoas que constituíam aquela equipe.

Em nenhum momento em tudo isso, como disse o Vanhoni, o Rossoni, e outras pessoas, em nenhum momento se ouviu dizer que havia uma operação fraudulenta, que havia o crime do colarinho branco ou coisa parecida, mas que talvez um insucesso no gerenciamento.

Então, por isso que cumprimento a Vossa Excelência, entendo que tem razão o Deputado Rossoni, o comando de tudo isso devemos colocar nas mãos do Presidente Anibal Khury, e todos nós, na condição de líderes partidários e de integrantes deste Parlamento, nos somarmos na defesa de uma empresa paranaense, que só dentro do nosso Estado, certamente gera milhares e milhares de empregos, que estamos buscando, muitas vezes dando até aquilo que não temos para que se crie emprego no Paraná, e não podemos assistir calados, e por isso vale o registro do discurso do Senador Roberto Requião em apoio ao BAMERINDUS.

Não podemos, neste momento, ficarmos calados, sem que possamos fazer alguma coisa. Portanto, acho que é oportuno, esse movimento que se levanta, iniciado pelo pronunciamento do Rossoni, devidamente enriquecido com o pronunciamento de Vossa Excelência, os apartes que faz no Plenário.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, só para encerrar, sugiro, portanto, com a concordância da Casa, com a do Deputado Rossoni, inclusive que conversemos no gabinete de Vossa Excelência, levantando mais dados, que venhamos a apresentar na sessão de amanhã um requerimento mais robustecido de dados, de números, para que possamos efetivamente mostrar, na presença deste Parlamento.

E, para finalizar, quero fazer uma ressalva. Que ninguém nos cobre, por questão de coerência política, se eventualmente amanhã, permita-me Deputado Ângelo Vanhoni, com o Senador Roberto Requião, contestar o Senador José Eduardo Vieira. Isso é outra história. Por enquanto, aqui estamos

tratando a defesa do Diretor do BAMERINDUS, o Senador José Eduardo Vieira, paranaense que preside uma instituição bancária do nosso Estado.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esta Presidência quer se manifestar sobre o problema do BAMERINDUS, e já o fez uma vez em 17 de julho deste ano, quando dizia: "O BAMERINDUS é mais do que um grupo financeiro de porte nacional, é o patrimônio dos paranaenses".

Folgo e fico satisfeito com o pronunciamento do Senador Roberto Requião - "adversário de morte", como diz o pessoal do interior, do Senador José Eduardo Vieira. Fez um pronunciamento importante sobre o BAMERINDUS. Mais do que sobre o BAMERINDUS, o Senador falou do Paraná.

Estamos absolutamente tranquilos, porque estamos vencendo, como dizia o ex-Presidente desta Casa, Professor Laertes Munhoz. "Estamos vencendo o tabu da timidez paranaense".

Deputado Valdir Rossoni, Deputado Caíto Quintana, Deputado Ângelo Vannoni, enfim todos os Deputados que se pronunciaram sobre o assunto, queremos dizer, com absoluta certeza, que atrás dos interesses em apagar o BAMERINDUS, estão os interesses econômicos de outros grupos banqueiros nacionais e até internacionais.

Por isso, folgo em aceitar a sugestão do Deputado Valdir Rossoni de, como Chefe do Poder Legislativo, de conduzir um movimento em prol do BAMERINDUS. O BAMERINDUS é diferente de outros Bancos que estão aí sendo acusados de dilapidação do dinheiro dos depositantes e dos acionistas. Quando o BAMERINDUS se arriscou a uma aventura em outra área que não a sua, ele construiu a INPACEL, uma das maiores fábricas de papel do mundo. E não diga que foi uma aventura, porque a INPACEL acusa lucros. Infelizmente não paga os juros. Os juros é que afetam a INPACEL.

Por isso minha gente, os paranaenses devem ficar felizes, porque não há nenhum escândalo. Recentemente o pessoal do Banco Central esteve aqui na Assembléia e disse alto e em bom som, sem fazer segredo: "O Banco BAMERINDUS é um Banco certinho". Infelizmente aconteceram corridas em Banco, e ninguém aguenta, nem o Banco de Londres aguenta uma corrida.

Sinto-me feliz em ser o Presidente desta Casa, e ouvi o pronunciamento de todas as lideranças, de todos os partidos, de ideologias diversas, mes-

sa análise feita pelo Senador Roberto Requião, que coincide com a nossa e com o povo do Paraná.

Vamos tentar salvar o BAMERINDUS. Até li que o Banco Central iria por o Icatú. Isso é brincadeira. Ninguém ouviu falar nesse Icatú. Então, não é só uma ofensa ao BAMERINDUS, é uma ofensa ao povo do Paraná. A Assembléia está solidária e unânime neste pronunciamento em favor do BAMERINDUS, que, sem dúvida alguma, é um patrimônio do povo paranaense.

Aceito a incumbência, Deputado Valdir Rossoni, ratificada pelo Deputado Caíto Quintana, certo por todos os Deputados, de conduzir esses entendimentos, e fazer um pronunciamento coletivo da Assembléia, após ouvirmos os dirigentes do BAMERINDUS.

Muito obrigado.

Encerrado o Horário das Lideranças, passamos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria dos Senhores Deputados Irineu Colombo e Doutor Rosinha, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Comissão Executiva, para analisar.

Projeto de lei, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vannoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 345/95, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, que institui o Programa de Garantia de Renda Mínima Familiar Estadual. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E C.O..

Sobre o referido projeto, Substitutivo Geral de Plenário, de autoria

do Senhor Deputado Eduardo Trevisan, nos seguintes termos:

SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO DE Nº 01

AO PROJETO DE LEI Nº 345/95

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Garantia de Renda Mínima Familiar Estadual (PGRMFE), que beneficiará famílias residentes e domiciliadas no Estado do Paraná, com renda bruta mensal inferior a 3 (três) salários mínimos, que tenham todos os seus filhos e/ou dependentes, com idade de 0 (zero) a 14 (quatorze) anos, matriculados em escolas públicas ou creches, e que os pais ou responsáveis legais participem como voluntários dos programas sociais do Estado.

Art. 2º - O PGRMFE consistirá no fornecimento mensal de uma cesta básica de alimentos a cada família beneficiada.

Art. 3º - Considera-se como família para fins desta lei o núcleo de pessoas formada por no mínimo um dos pais ou responsável legal pelos filhos e/ou dependentes com idade de 0 (zero) a 14 (quatorze) anos.

Art. 4º - A comprovação da renda familiar, a inscrição no PGRMFE e sua renovação serão feitas anualmente por ocasião do período das matrículas escolares.

Art. 5º - O fornecimento da cesta básica de alimentos será automaticamente interrompido se:

I - a renda familiar superar o limite estabelecido no artigo 1º;

II - qualquer um dos filhos e/ou dependentes tiver frequência inferior a 90% (noventa por cento) das aulas do mês do benefício.

Parágrafo Único - Nos casos de redução da renda familiar para nível inferior ao limite estabelecido no artigo 1º ou de normalização da frequência do aluno beneficiário do PGRMFE, o fornecimento da cesta básica de alimentos será restabelecido, sem direito a benefício retroativo.

Art. 6º - O PGRMFE será implementado pelo Poder Executivo Estadual, em parceria com as Prefeituras Municipais, podendo celebrar convênios com quaisquer entidades de direito público ou privado, visando o acompanhamento, execução e avaliação do programa e das demais medidas previstas nesta lei.

Art. 7º - Será excluído do PGRMFE pelo prazo de 3 (três) anos, ou definitivamente se reincidente, o beneficiário que prestar declaração falsa ou usar de qualquer outro meio ilícito para participar do programa.

§ 1º - Sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis, o beneficiário do PGRMFE que receber ilicitamente o benefício, será obrigado a efetuar o ressarcimento integral das cestas básicas de alimentos recebidas indevidamente.

§ 2º - Ao servidor público ou agente de entidade conveniada que concorra para o ilícito previsto neste artigo, inserindo ou fazendo inserir declaração falsa em documento que produza efeito perante o programa, aplica-se, além das sanções penais e administrativas cabíveis, multa nunca inferior ao dobro do valor das cestas básicas de alimentos indevidamente fornecidas.

Art. 8º - Os benefícios do PGRMFE serão concedidos a cada família pelo período de 1 (um) ano, prorrogável, nos termos da regulamentação desta lei.

Art. 9º - O dispêndio com custeio do PGRMFE não poderá ultrapassar o limite de 1% (um por cento) da receita total do Estado.

Art. 10 - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da sua publicação.

Art. 11 - As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 12 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 1996.

Art. 13 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.11.96.

(a) EDUARDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

A nossa intenção, ao apresentar Substitutivo Geral ao Projeto de Lei, de nossa autoria, que institui o Programa de Garantia de Renda Mínima Familiar Estadual (PGRMFE), é de adequá-lo às condições concretas para a sua implantação e funcionamento, permitindo ao Poder Executivo torná-lo reali-

dade tão logo seja aprovado e sancionado.

Aspecto importante, que justifica o PGRMFE, é a situação de meninos e meninas de rua nos municípios paranaenses, que se encontram em situação de risco pessoal e social, face às dificuldades vividas por suas famílias.

O fornecimento de cestas básicas de alimentos é uma forma de garantir condições mínimas de subsistência às famílias, exigindo-se, como contrapartida, a frequência escolar das crianças.

Assim, mantido o espírito original do projeto, confiamos que este Substitutivo Geral mereça o apoio dos nobres Deputados.

O projeto retorna à referida Comissão.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 107/96, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, que autoriza o Poder Executivo a pavimentar, através do Programa Caminhos da Educação, o Bairro Rural Jerusalém, em Cornélio Procopio. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 174/96, de autoria dos Deputados Irineu Colombo e Eduardo Trevisan, que torna obrigatório à qualquer veículo automotor transitar permanentemente com os faróis acesos nas rodovias do território do Estado do Paraná. COM PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J. E PARECER FAVORÁVEL DA C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 402/96, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública o Programa do Voluntariado Paranaense - PROVOPAR Ação Social, com sede e foro no Município de Palmas. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 403/96, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Silvio Magalhães Barros, com sede e foro na Cidade de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 405/96, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que declara de Utilidade Pública a Seara Espirita Mãe Apolonia, com sede e foro na Comarca de Ponta Grossa, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 413/96, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Itália, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 432/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 074/96, que altera a redação da Lei Complementar nº 076, de 21 de dezembro de 1995, que dispõe sobre concessões e permissões de serviços públicos. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em nº de 08, de autoria de diversos Senhores Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01,

AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 432/96

Suprima-se no art. 1º da proposição supra, a expressão: "ou leilão", logo após a palavra concorrência, como disposta na pretensa alteração aos incisos II, III, IV do art. 2º da Lei Complementar nº 76/95;

Suprima-se a expressão "ou leilão", após a "concorrência", no mesmo art. 1º do projeto em epígrafe, que tem por base a alteração do § 1º do art. 3º e § 1º do art. 26 da Lei Complementar nº 76/95.

sala das Sessões, em 05.11.96.

(aa) IRINEU COLOMBO
EMERSON NERONE
ÂNGELO VANHONI
PÉRICLES MELLO
DOUTOR ROSINHA

Apoiamento: Nereu Moura.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa corrigir inconstitucionalidade e ilegalidade constantes no Projeto de Lei Complementar nº 432/96, uma vez que esta proposição, originária do Executivo, pretende acrescentar as leis 8.666/92 e

8.987/95 mais uma forma de licitação, como alternativa da concorrência. Desconsidera que a Lei Nacional 8.987/95 é regulamentadora do art. 175 da Constituição Federal, que dispõe sobre regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos. Tal norma determina que tanto a concessão quanto a permissão sejam concretizadas através de licitação, na modalidade de concorrência, tão somente. Assim dispõem o artigo 2º incisos II e IV da Lei 8.987/95, bem como o art. 4º, parágrafo único e art. 26, este último concernente a subconcessão.

Seu parágrafo único diz claramente:

"A outorga de subconcessão será sempre precedida de concorrência".

Além de afrontar a lei regulamentadora nacional, que não admite o leilão nos regimes de concessão e permissão, a proposição 432/96 contraria os princípios constitucionais da moralidade pública, impessoalidade, igualdade, publicidade, legalidade, básicos para Administração, posto que a concorrência para os regimes especificados é o mais adequado ao atendimento dos citados princípios, haja vista suas características:

A **concorrência** é a modalidade de licitação que se realiza com ampla publicidade para assegurar a participação de quaisquer interessados que preencham os requisitos previstos no edital (art. 22, § 1º da Lei 8.666/93).

Do conceito decorrem suas características básicas: **ampla publicidade e a universalidade**. A primeira é assegurada pela publicação do aviso de edital com 30 (trinta) dias de antecedência; a universalidade significa possibilidade de participação de quaisquer interessados, que na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação.

E esta **habilitação não existe no leilão**. Em lugar do julgamento das propostas, realiza-se o pregão (por leiloeiro oficial ou servidor designado pela Administração - art. 53 da Lei 8.666/93).

Enquanto a concorrência compreende as fases de edital, habilitação, classificação, homologação e adjudicação, o **leilão não estabelece procedimento específico**.

Vejam sua definição pela Lei de Licitação (8.666/93 - art. 22, § 5º):

Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de **bens móveis** inservíveis para a Administração ou de produtos

legalmente apreendidos ou penhorados, ou para alienação de bens imóveis prevista no art. 19, a quem possa oferecer maior lance, igual ou superior ao da avaliação.

Vale ressaltar que quando se trata de bens imóveis, a modalidade obrigatória é a concorrência (art. 17, I e art. 23, § 3º), com ressalva para hipóteses do art. 19 (bens adquiridos pela Administração em razão de procedimentos judiciais, normalmente como pagamento de quitação de débito, em que aceita o imóvel ao invés do capital em espécie, o que em Direito se chama de dação em pagamento).

Cumpra salientar a fase da habilitação, como uma das mais importantes da concorrência e que não é exigida no leilão.

Habilitação é um ato público onde a Administração recebe os envelopes contendo a documentação referente à habilitação dos licitantes e a proposta. Nesta fase são abertos os envelopes contendo os documentos exigidos no edital, que devem ser assinados pelos licitantes presentes e pela Comissão (art. 43, § 2º - Lei 8.666/93). Essa exigência atende aos interesses dos próprios licitantes, pois impede qualquer substituição posterior, em benefício ou em prejuízo de um ou outro. Os documentos exigidos (art. 27) referem-se à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal.

Ademais, a competência dos Estados em legislar sobre licitação, é apenas suplementar, não podendo alterar normas gerais. Todavia, é o que o Poder Executivo Estadual está fazendo ao modificar essencialmente a norma geral regulamentadora. Há que se observar princípios constitucionais vigentes, que são orientadores de todo o processo legislativo. Daí a razão da emenda.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 02

Inclua-se, onde couber:

O valor mínimo da licitação por concessão de serviços que trata a presente lei, não poderá, em hipótese alguma, ser menor que o valor patrimonial do bem.

Sala das Sessões, em 05.11.96.

(aa) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

ORLANDO PESSUTI

CAÍTO QUINTANA

ANTONIO ANNIBELLI

CLEITON KIELSE

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 03

O inciso IV do referido projeto de lei, passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º - (...)

IV - Concessão de obra pública: a construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegada pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstrem capacidade para sua realização, por sua conta e risco, de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado, mediante a exploração do serviço ou da obra por prazo determinado.

Sala das Sessões, em 05.11.96.

(aa) CLEITON KIELSE
LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
ORLANDO PESSUTI
ANTONIO ANNIBELLI
CAÍTO QUINTANA

EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNARIO,
DE Nº 04

O inciso III do referido projeto de lei passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º - (...)

III - Concessão de serviço público precedida da execução de obra pública: a construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegada pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstrem capacidade para a sua realização, por sua conta e risco, de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado mediante a exploração do serviço ou da obra por prazo determinado.

Sala das Sessões, em 05.11.96.

(aa) CLEITON KIELSE
LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
ORLANDO PESSUTI
CAÍTO QUINTANA
ANTONIO ANNIBELLI

EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNARIO,
DE Nº 05

O inciso II do Artigo 2º do referido Projeto de Lei passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º - (...)

II - Concessão de serviço público: a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de

empresas que demonstrem capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado;

Sala das Sessões, em 05.11.96.

(aa) CLEITON KIELSE
ORLANDO PESSUTI
LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
CAÍTO QUINTANA
ANTONIO ANNIBELLI

EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNARIO,
DE Nº 06

O Artigo 3º do referido projeto de lei, passa a ter a seguinte redação:

Art. 3º - As concessões e permissões de serviço público e as concessões de obras públicas, serão sempre precedidas de licitação, na modalidade de concorrência pública.

Sala das Sessões, em 05.11.96.

(aa) CLEITON KIELSE
ORLANDO PESSUTI
LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
CAÍTO QUINTANA
ANTONIO ANNIBELLI

EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNARIO,
DE Nº 07

O inciso I do Artigo 3º do referido projeto de lei, passa a ter a seguinte redação:

Art. 3º - (...)

I - A concorrência sujeitar-se-á às disposições desta lei, e no que for aplicável, as normas da legislação sobre licitações e contratos administrativos, somente sendo dispensadas:

Sala das Sessões, em 05.11.96.

(aa) CLEITON KIELSE
LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
CAÍTO QUINTANA
ORLANDO PESSUTI
ANTONIO ANNIBELLI

EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNARIO,
DE Nº 08

O inciso I do Artigo 26 do referido projeto de lei, passa a ter a seguinte redação:

Art. 26 - (...)

I - A outorga de subconcessão será sempre precedida de concorrência.

Sala das Sessões, em 05.11.96.

(aa) CLEITON KIELSE
LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
ORLANDO PESSUTI
CAÍTO QUINTANA
ANTONIO ANNIBELLI

Encerrada a discussão.

O projeto retorna à Comissão de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -
Concedo a palavra, pela Ordem, ao
Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO - Apenas com re-
lação aos projetos.

Estava comentando com o Líder do
Governo, Deputado Algaci Túlio, que a
preocupação minha enquanto Deputado, e
que hoje, já, o Governo do Estado
anunciou o leilão da questão das con-
cessões da ferrovia.

Acho que não fica bem, Presidente
Anibal Khury e demais Parlamentares, o
Governo já presumir que uma lei seja
votada, aprovada e já marca a data do
leilão. Não fica bem para nós, não
fica bem para o povo paranaense. Por-
que primeiro a lei tem que ser votada
neste Parlamento. Se vai ser aprovada
ou não, é uma questão que fica para
depois.

Então já estão anunciando o lei-
lão, isso é um demérito para a Assem-
bléia Legislativa do Estado do Paraná.

Falei ao Líder do Governo, que
leva-se essa mensagem, que é a nossa
preocupação. Também, concomitantemente
a isso, fizemos um acordo, que a nossa
Bancada retira dois requerimentos de
convocação do Secretário por compro-
misso já assumido pelo Líder do Gover-
no, de trazer o Secretário, inclusive,
da pasta dos Transportes, para discu-
tirmos com tranquilidade, sem grandes
paixões. Acho que ficaria de boa reco-
mendação, de boa postura protocolar
pelo menos que não se anuncie nenhum
evento "a posteriori" a nossa, ainda
por ser deliberada por esta Casa. Por-
que é um desprestígio à Assembléia Le-
gislativa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -
Procede a Questão de Ordem levan-
tada por Vossa Excelência.

A Presidência da Assembléia vai
encaminhar, através da Liderança do
Governo, ofício solicitando ao Gover-
nador que tome providências para que
tais fatos não mais se repitam.

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº
448/96, de autoria do Poder Executivo
- Mensagem nº 080/96, que aprova cré-
dito suplementar no valor de R\$
3.000.000,00 (três milhões de reais),
ao vigente orçamento da Secretaria de
Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino
Superior, visando atender despesas com
obras de reforma e ampliação do com-
plexo do Instituto de Tecnologia do
Paraná - TECPAR. COM PARECERES FAVORA-

VEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE
URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº
418/96, de autoria do Deputado Algaci
Túlio, que autoriza o Poder Executivo
a ceder à Casa Latino-Americana -
CASLA, o imóvel que especifica. COM
PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA
C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprova-
do. (Publ. no D.A. nº 135, de
04.09.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 418/96

P A R E C E R:

Para análise desta Comissão, o
projeto de lei nº 418/96, que
"autoriza o Poder Executivo a ceder à
Casa Latino Americana - CASLA, o imó-
vel que especifica", de autoria do no-
bre Deputado Algaci Túlio.

Cabe a esta Comissão analisar sob
o ponto de vista legal, constitucional
e de redação, para tanto propomos a
seguinte emenda substitutiva da pre-
sente súmula para a seguinte:

Súmula: "Autoriza o Poder Execu-
tivo a ceder em comodato à Casa Latino
Americana - CASLA, o imóvel que espe-
cifica".

Por se tratar de imóvel pertencente
ao Estado, propomos ainda a se-
guinte emenda substitutiva ao parágrafo
único do artigo 2º.

Parágrafo Único - Fica a CASLA
responsável pela guarda, proteção e
conservação do bem cedido, sendo-lhe
vedado construir outra edificação, fi-
cando esclarecido também que se res-
ponsabiliza por todos os encargos que
recaírem sobre a edificação já exis-
tente, bem como pelas medidas necessá-
rias ao fiel cumprimento do termo sem
direito a futuros ressarcimentos.

Superado este obstáculo, nada en-
contramos que obste a tramitação em
caráter de urgência do presente proje-
to.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.10.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução
nº 043/96, de autoria da Comissão de
Constituição e Justiça, que altera o
caput do Art. 15 e seu § 1º da Resolu-
ção nº 159/90, que aprovou o Regimento
Interno deste Poder Legislativo. COM
PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTI-
VA. Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 043/96

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica alterado o "caput" do art. 15 e seu § 1º, da Resolução nº 150/90, que aprovou o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado; e que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 15 - À Mesa da Assembléia, composta de Presidente, três vice-Presidentes e cinco Secretários, compete a direção de todos os trabalhos.

§ 1º - Nas suas faltas e impedimentos, o Presidente será substituído pelo 1º vice-Presidente e, na sua ausência ou impedimentos deste, pelos 2º e 3º vice-Presidentes; o 1º e 2º Secretários serão substituídos, respectivamente, pelos 3º, 4º e 5º Secretários".

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.10.96.

(a) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
JUSTIFICATIVA:

A proposta pretende dinamizar e ampliar os trabalhos no âmbito do Poder Legislativo, bem como, impulsionar futuras realizações, seguindo o exemplo de outras Assembléias Legislativas do País, voltadas para o desenvolvimento e a modernidade.

Sendo assim, solicitamos o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa, para a aprovação do projeto que ora apresentamos.

COMISSÃO EXECUTIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 043/96

P A R E C E R:

Relatório

O presente projeto de resolução, de autoria da Comissão Executiva, tem por finalidade alterar o "caput" do Art. 15 e seu § 1º, da Resolução nº 159/90, que aprovou o Regimento Interno deste Poder Legislativo.

Fundamentação

Tal propositura, pretende dinamizar a situação ora existente. Visa também, ampliar os trabalhos realizados, no âmbito do Poder Legislativo, buscando impulsionar trabalhos futuros, como já vem ocorrendo em outras Assembléias Legislativas do País.

Conclusão

Em face o exposto, opinamos pela aprovação do projeto de resolução em tela.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 30.10.96.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -
Concedo a palavra, Pela Ordem, ao Deputado Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, queremos neste momento registrar com muita satisfação e orgulho, a presença neste Plenário, do Senhor Cícero de Moura, pai do nosso amigo e Deputado Nereu Moura, acompanhado de seu filho Olímpio de Moura, Prefeito eleito do Município de Catanduvas. Estão participando conosco, sentados a galeria deste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa registra com satisfação as presenças do pai e do irmão do Deputado Nereu Moura.

Sobre a mesa, Requerimento nº 1326, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1328, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1329, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1330, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1331, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1332, de autoria do Senhor Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1334, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -
Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1337, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1335, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia,

constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1338, de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1340, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1341, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, com apoio dos Senhores Deputados Orlando Pessuti, Albanor Gomes, Renato Adur e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1342, de autoria do Senhor Deputado Caio Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimentos nºs 1318 e 1319, de autoria dos Senhores Deputados Irineu Colombo, Péricles Mello, Ângelo Vanhoni, Emerson Nerone e Doutor Rosinha, constantes do expediente de sessão anterior. **Retirados pelo autor.**

Requerimento nº 1302, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, com apoio do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, recebi em meu gabinete um material que depois gostaria de passar às mãos de cada um dos Senhores Parlamentares e da Senhora Parlamentar.

É um editorial do Jornal da Tarde e um artigo da coluna do jornalista Celso Ming, que é jornalista em São Paulo, e Senhores Deputados, leiam aqui a análise de um jornalista que todos conhecem.

O título é: "Presente para a Chrysler".

Diz o seguinte:

(Lê): "A informação que corria ontem no Salão do Automóvel: a Chrysler optou por instalar sua nova fábrica de veículos em Campo Largo (20 km a Oeste de Curitiba), porque o valor presente do pacote de benefícios oferecidos pelo Governo do Paraná e pelo Município foi avaliado, pela direção da empresa, em US\$ 600 milhões, uma oferta irrecusável.

Esse valor corresponde ao crédito de ICMS, que será pago apenas dez anos depois, sem correção monetária nem juros, mais doação de terreno, isenção

de IPTU e ISS, terraplenagem de graça, instalação de cabines de força a tarifa favorecida de energia elétrica.

Esses US\$ 600 milhões são quase o dobro do investimento da Chrysler, de US\$ 315 milhões. Por aí se vê que o Paraná não só está reembolsando a Chrysler pelo investimento a ser feito, mas está devolvendo um troco de US\$ 285 milhões.

Como o projeto da Chrysler vai gerar 400 postos diretos de trabalho, o presente paranaense corresponde a US\$ 1,5 milhão por emprego gerado. E tem mais: as indústrias de autopeças que se transferirem para o pólo de Campo Largo também terão direito a benefícios fiscais semelhantes aos passados para a Chrysler.

Se esses US\$ 600 milhões fossem emprestados para pequenas e microempresas, à proporção de US\$ 200 mil para cada, sob condição de criar pelo menos um emprego, em vez de apenas 400 seriam criados 3 mil postos de trabalho".

Esta é a análise feita pelo jornalista Celso Ming.

Então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não pode o Governo continuar com a política do avestruz. Ainda ontem ouvi o Secretário Deni Schwartz falando sobre a FERROESTE, um patrimônio de 350 milhões que ele quer entregar por 25 ou 26.

Então, esta Casa tem que saber todas as condições que foram negociadas, já são públicas as condições.

Ontem, nesta tribuna, apresentamos um documento de análise comparativa da Indústria Chrysler. O Paraná e esta Casa têm que tomar conhecimento por inteiro, Senhor Presidente, do que de fato se passa "intra muros", nas quatro paredes, acho que do chapéu pensador.

Por isso queria pedir a compreensão de Vossa Excelência, já que esgotei o meu tempo, mas pedir o voto de cada um dos Senhores Deputados para que possamos tornar a verdade transparente para todos os Parlamentares aqui desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Senhores Deputados que aprovam o requerimento conservem-se como estão. **Rejeitado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, verificação de votação, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder a verificação de votação.

Senhores Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se.

Treze aprovam.

Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e dois rejeitam.

Rejeitado o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 06, a hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 418/96 e de Resolução nº 043/96.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 556/95, 076, 092, 099, 446, 473/96 e dos de Resolução nºs 012, 013 e 014/96.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO CAÍTO QUINTANA, EM SESSÃO DO DIA 05 DE NOVEMBRO DE 1996.

Pronunciamento do Senador Roberto Requião

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Requião, por vinte minutos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB-PR. Pronuncia o seguinte discurso) - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, nós que fazemos política no Paraná, fazemos uma política dura e agressiva na defesa dos nossos pontos de vista. Tenho dito repetidamente que quem gosta de política de alto nível é quem tem "rabo preso" e não quer ver as suas mazelas expostas ao público.

Tenho um adversário político no Paraná conhecido no Senado da República e no País. Trata-se do Senador José Eduardo de Andrade Vieira. Sua Excelência tem sido meu adversário em todos os pleitos dos quais participei direta ou indiretamente no meu Estado. Mas quando nós, em dado momento, chegamos a conhecer a verdade sobre um determinado assunto, a verdade, deve, necessariamente, ser dita. "E conhece-

reis a verdade e a verdade vos libertará" (Jo. 8,32).

O Senador Andrade Vieira, desde 1991, afastou-se da direção do Banco BAMERINDUS. Sua Excelência exerceu o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo e exerceu o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária. Este Plenário, por várias vezes, escutou a minha crítica às políticas adotadas pelo Senador dos Ministérios citados, mas nunca levantei nenhuma dúvida quanto à probidade do Ministro no exercício de suas funções.

Examinando o balanço do Banco BAMERINDUS, trabalho que realizei nesse fim de semana, quero colocar com clareza a posição de um adversário forte do Senador do Paraná, em defesa do seu Banco e da sua permanência à frente do Banco. Somos adversários políticos e, seguramente, essa disputa é inconciliável, além do que não sou homem de conciliações. Raramente procuro conciliação com pessoas que pensam de forma diametralmente oposta à minha maneira de pensar, de entender a economia, de entender o Brasil, de ver com clareza um projeto global de reafirmação das noções claras de pátria, de nação, de soberania.

Mas eu seria um Senador pela metade, a metade de um homem ou de um cidadão se não trouxesse ao conhecimento deste Plenário, e mais do que a este Plenário, ao conhecimento do Presidente da República e ao Ministro da Fazenda, o que verifiquei no balanço do banco.

O Banco BAMERINDUS atingiu, no final do primeiro semestre de 1995, um total de depósitos captados junto ao público, que é o indicador da confiança da sociedade em uma instituição financeira - da ordem de R\$ 9 bilhões. Esse número colocava o Banco paranaense, pela primeira vez, na segunda posição entre os Bancos privados brasileiros, só atrás do BRADESCO. Pergunto: será que esse avanço não teria gerado inveja na concorrência ou no mercado?

Em operações de câmbio, o BAMERINDUS assumiu o primeiro lugar entre os Bancos privados brasileiros com um volume de operações da ordem de US\$ 53 bilhões.

No início do segundo semestre de 1995, o BAMERINDUS, como os demais Bancos privados, sofreu os efeitos da crise do sistema financeiro, particularmente a partir da quebra do Banco Econômico.

Eu diria - posso fazê-lo com clareza e sinceridade, porque sou absolu-

tamente contrario ao sistema bancário privado brasileiro - que muitos bancos quebraram por corrupção. de alguns deles conhecemos a lista das contas fantasma, mas isso não ocorreu com o Banco paranaense. Diria também que muitos Bancos quebraram por aquilo que no Direito chamamos, Senador Bernardo Cabral, de fato do príncipe: a política organizada e provocada pelo Governo Federal para manter a estabilidade do Plano Real.

No mesmo período, houve perda de recursos por conta de boatos veiculados na imprensa - vamos dar os nomes: revista Veja e Gazeta Mercantil. Pode ser uma veiculação inocente de boatos, mas devemos verificar se por trás de uma dessas instituições maravilhosas da imprensa brasileira não existe um grande branco. Talvez exista. Necessariamente existe, em pelo menos uma delas.

O BAMERINDUS não precisou recorrer, apesar dos boatos, em nenhum momento, às linhas especiais do Banco Central, da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil. Ele se safava da crise pelos seus próprios meios, com seus mais de 30 mil funcionários no Brasil.

O BAMERINDUS fechava o ano com a seguinte posição: depósitos totais de R\$ 7 bilhões, lucro de R\$ 100 bilhões e US\$ 87 bilhões em operações de câmbio, mantendo a posição de líder entre os Bancos privados.

No final do primeiro semestre de 1996, os depósitos totais permaneciam na casa de R\$ 7 bilhões, mas uma boa parcela dos recursos do público havia sido substituída por CDIs da Caixa Econômica Federal, com custos que se aproximavam de quase 2% acima dos custos do mercado.

Pergunto-me se isso é ajuda ou se é privilégio. A crise se acelera nesse processo. O lucro do período foi de R\$ 30 milhões, e as operações de crédito, que haviam permanecido em 31/12/95 nos mesmos níveis de 30/06/95, na casa de R\$ 7 bilhões, caíram, em junho de 1996, para R\$ 6 bilhões.

O BAMERINDUS tem uma história de trabalho não só no Paraná como também no Brasil. Ele foi fundado pelo Senhor Antônio Avelino de Andrade Vieira, pai de José Eduardo de Andrade Vieira, que abria uma agência numa sala alugada a cada momento que o desenvolvimento pioneiro do Paraná se expressava. No avanço do café, no momento em que se exauriam as terras de São Paulo, o BAMERINDUS estava presente, alavancando a economia e, corajosamente, naque-

la época, financiando o desenvolvimento.

O lucro do período caiu para R\$ 6 bilhões em 30/06/96. Da casa de R\$ 7 bilhões caía, em junho de 1996, para R\$ 6 bilhões. Com ativos da ordem de R\$ 18 bilhões e patrimônio líquido de R\$ 1,4 bilhão (era R\$ 1,2 bilhão em 30/06/95), emprega hoje mais de 25 mil pessoas, sendo que mais de 6 mil trabalhadores já foram demitidos.

Em cinquenta anos de existência, o BAMERINDUS nunca atrasou o pagamento de seus funcionários. Penso, no entanto, que os banqueiros pagam muito pouco e que os bancários deveriam merecer, por parte dos banqueiros, respeito maior. Em cinquenta anos, repito, o Banco BAMERINDUS não atrasou o pagamento de seus empregados um dia sequer. É um dos bancos com o menor índice de cheques sem fundo num universo de mais de 7 milhões de depositantes (eram 6,7 milhões em 30/06/95) espalhados por mais de 900 municípios brasileiros. Possui a segunda maior rede de agências entre os Bancos privados, com mais de 4 mil pontos de atendimento, e só no ano passado pagou cerca de 100 milhões de reais de tributos.

Essa é a observação de um adversário político do Senador José Eduardo Vieira, de um adversário político que reitera todas as críticas que fez à sua atuação no Ministério da Indústria e do Comércio e no Ministério da Agricultura, mas é um adversário político que não é cego. E quem enxerga uma situação que pretende tirar do eixo e do comando do seu Estado um banco da importância do BAMERINDUS, mesmo que isso signifique a perplexidade de alguns aliados e companheiros na oposição dura que fazemos ao banqueiro na política do Paraná, tem a obrigação de vir à tribuna do Senado esclarecer aos Senadores, pedir apoio para o Banco e requerer, Senhor Presidente Nabor Júnior, que o texto desse pronunciamento seja encaminhado ao Presidente da República, ao Ministro da Fazenda e ao Presidente do Banco central, se é que ele já voltou dos Estados Unidos e da Inglaterra, onde lançou o **global bonds**, que, se não trouxe nenhum prejuízo para o Brasil, foi uma manobra pífia, um buraco n'água, e deixou apenas como despesa o fausto da sua viagem, os hotéis 5 estrelas e os banquetes que ofereceu.

É preciso que o Banco Central passe a levar a economia brasileira a sério. Não posso admitir a idéia de ver, amanhã, o Banco BAMERINDUS do Paraná controlado por Bancos estrangeiros e empresários com dificuldade para

obter uma carta de crédito tendo que demandar a sede de outros Bancos em outras grandes cidades de outros Estados.

Ao banqueiro José Eduardo de Andrade Vieira e aos acionistas do

BAMERINDUS, a minha solidariedade ativa nesse momento. Reitero, entretanto, todas as críticas que fiz ao político Senador José Eduardo Vieira.

Muito obrigado, Senhor Presidente".